



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U. nº 198, de 14/10/2016
AELBRA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO S.A.

CLAUDIANE SANTANA DE SOUSA

PROPOSTA DE ANTEPROJETO PARA
UNIDADE PENITENCIÁRIA FEMININA EM PALMAS (TO)

PALMAS – TO
2021

CLAUDIANE SANTANA DE SOUSA

PROPOSTA DE ANTEPROJETO PARA
UNIDADE PENITENCIÁRIA FEMININA EM PALMAS (TO)

Monografia elaborada e apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I) do curso de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador (a): Prof. Me. Juliana Fernandes Cunha

CLAUDIANE SANTANA DE SOUSA

UNIDADE PENITENCIÁRIA FEMININA EM PALMAS (TO)

Monografia elaborada e apresentada na disciplina de TCC I como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador (a): Prof. Me. Juliana Fernandes Cunha

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Juliana Fernandes Cunha
(Orientador)
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Me. Fernanda Brito Abreu
(Membro Interno)
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Esp. Joseísa Martins Vieira Furtado
(Membro Externo)

Palmas – TO
2021

RESUMO

SOUSA, Claudiane Santana de. **CENTRO DE DETENÇÃO FEMININA EM PALMAS (TO)**. 2021. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2021.

O aumento do encarceramento feminino no Brasil é uma realidade constante, tendo um considerável aumento de mulheres presas a cada ano. Com o passar do tempo, foi necessária a construção de prédios para presídios femininos, sendo por meio da arquitetura prisional/penal, que buscam através da reclusão, o cumprimento de penas privativas de liberdade de acordo com cada sentença; No tocante às instituições destinadas à aplicação de pena, nota-se a deficiência para receber essas mulheres, o que impossibilita o processo de ressocialização após a reclusão, diante da falta de estrutura básica e adequada nas penitenciárias do país. A fim de solucionar essa problemática, faz-se uso da arquitetura como principal ferramenta auxiliadora para que se tenha unidades prisionais que atendam com qualidade as demandas do público carcerário feminino, uma vez que a arquitetura afeta diretamente o ambiente construído, desde questões climáticas até questões psicológicas e físicas, proporcionando assim diferentes emoções e sentimentos para as pessoas que adentram o edifício. Para a realização deste trabalho, foram feitas pesquisas bibliográficas para fundamentação teórica relacionadas a história sobre as primeiras arquiteturas prisionais; diretrizes e linhas projetuais do edifício prisional/penal; e outros referentes ao tema. O trabalho propõe a utilização da arquitetura como principal ferramenta auxiliadora para o desenvolvimento de uma proposta de anteprojeto seguindo as diretrizes e normas específicas do desenho do projeto, propõe-se o anteprojeto de um prédio prisional com enfoque na humanização dos espaços e com infraestrutura básica capaz de mudar tanto realidade de vida dessas mulheres, quanto a realidade do espaço prisional, elaborando uma proposta de anteprojeto com espaços que possam abrigar as necessidades identificadas no Estado do Tocantins, na cidade de Palmas-TO objeto desse estudo, favorecendo o campo de pesquisa sobre encarceramento no Brasil e fomentando possíveis mudanças na realidade brasileira.

Palavras-chave: Arquitetura Prisional/penal. Ressocialização. Humanização.

ABSTRACT

SOUSA, Claudiane Santana de. **Título do trabalho em inglês**. 2021. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2021.

The increase in female incarceration in Brazil is a constant reality, with a considerable increase in women imprisoned each year. Over time, it was necessary to build buildings for women's prisons, through prison/penal architecture, which seek, through incarceration, the fulfillment of custodial sentences according to each sentence; With regard to institutions dedicated to the application of punishment, there is a deficiency in receiving these women, which makes the process of resocialization after imprisonment impossible, given the lack of basic and adequate structure in the country's penitentiaries. In order to solve this problem, architecture is used as the main aiding tool to have prisons that meet the demands of the female prison population with quality, since architecture directly affects the built environment, from climate issues to psychological and physical, thus providing different emotions and feelings for the people who enter the building. To carry out this work, bibliographical research was carried out for theoretical foundation related to the history of the first prison architectures; prison/penal building guidelines and design lines; and others related to the theme. The work proposes the use of architecture as the main auxiliary tool for the development of a draft proposal following the guidelines and specific standards of the project design, it is proposed the draft of a prison building with a focus on the humanization of spaces and with capable basic infrastructure to change both the reality of these women's lives and the reality of the prison space, developing a proposal for a preliminary project with spaces that can accommodate the needs identified in the State of Tocantins in the city of Palmas-TO, object of this study, favoring the field of research on incarceration in Brazil and fostering possible changes in the Brazilian reality.

Keywords: Prison/Criminal Architecture. Resocialization. Humanization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Localização APAC Feminina.....	16
Figura 2- APAC Feminina.....	17
Figura 3- Implantação Penitenciária Halden	18
Figura 4-Planta Ala tipo-térreo, Prisão Storstrom, Dinamarca.....	19
Figura 5-Incidência Solar e Ventos Predominantes.	22
Figura 6-Rosa de Ventos de Palmas-TO.	22
Figura 7- Carta Solar de Palmas-TO.....	23
Figura 8- Vegetação Existente	24
Figura 9- Espécies típicas do Cerrado	25
Figura 10- Topografia da Área	26
Figura 11- Corte Leste-Oeste.....	26
Figura 12- Corte Norte-Sul	27
Figura 13-Tripé da Viabilidade.	31
Figura 14-Ciclo do Ipê.....	32
Figura 15- Concepção da Forma.....	34
Figura 16- Estratégia compositiva e Volumetria.....	35
Figura 17- Estratégia compositiva e Volumetria em perspectiva.....	36
Figura 18- Modulação Estrutural	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Recuos mínimos necessários por tipologia arquitetônica e por barreira: ..	27
Tabela 2-Legislações pertinentes ao edifício penal.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LED	Lei de Execução Penal
ONU	Organização das Nações Unidas

LISTA DE SÍMBOLOS

ha	Hectares
m	Metros
m ²	Metros cuadrados

“A verdadeira compaixão é mais do que atirar uma moeda a um pedinte. É ver que o edifício que produz pedintes precisa de reestruturação.”

(Martin Luther King Jr.)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus que em todos os momentos cuidou de mim, foi meu refúgio nas horas de angústias e minha força nas batalhas mais difíceis. Obrigada Deus, por Tua presença em minha vida e Seu tão grande amor por mim.

Ao meu filho Arthur Santana, pela compreensão da minha ausência e por entender que é por você que permaneço firme em busca de dias melhores. Amo você.

Agradeço a minha mãe Marilene e meus irmãos Cláudia, Cássio e Cassandra por simplesmente tudo. São vocês que tornam todos os meus sonhos possíveis e é por vocês meu sentimento mais sincero.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	Problemática	6
1.2	Justificativa.....	7
1.3	Objetivos	8
1.3.1	Objetivo geral.....	8
1.3.2	Objetivos específicos.....	9
2	METODOLOGIA	9
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3.1.1	Apanhado histórico das prisões no Brasil;	10
3.1.2	Unidades Prisionais Femininas no âmbito do Tocantins;	14
4	ESTUDOS DE CASO	15
4.1.1	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados- Apac Feminina São João del Rei/ MG, Brasil.	15
4.1.2	Penitenciária Halden Da Noruega, Halden, Ostfold; Noruega	17
4.1.3	4.3- Prisão Storstrom, Dinamarca	18
5	DESENVOLVIMENTO PROJETUAL.....	20
5.1	ANÁLISE DAS CONDICIONANTES DO TERRENO.....	20
5.1.1	Área de Implantação	20
5.1.2	Análise do entorno	21
5.1.3	Incidência Solar e Ventilação	21
5.1.4	Vegetação	24
5.1.5	Topografia.....	26
5.1.6	Legislação e Normas Técnicas	27
5.1.7	Caracterização dos usuários.....	29
5.1.8	Programa de necessidades e pré-dimensionamento.....	30
5.1.9	Funcionograma, Setorização e Fluxograma	30
5.1.10	Elementos Construtivos estruturais e materiais	30
5.1.11	Partido Arquitetônico	31
5.1.12	Concepção Formal	33
5.1.13	Modulação Estrutural.....	36
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se a um trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Luterano de Palmas-CEULP/ULBRA, cuja temática abordada é o provimento de um lugar adequado para detenção e ressocialização de mulheres em privação de liberdade na cidade de Palmas-TO. O mesmo se embasará em leituras e artigos abrangendo e direcionando o foco a edificações construídas para esta finalidade de atendimento.

Conforme o Infopen (2016), 62% das prisões de mulheres estão relacionadas ao tráfico de drogas. Entretanto, a maior parte das mulheres encarceradas não são vinculadas à grandes redes de organizações criminosas e não ocupam posições de gerência ou alto nível, costumam ocupar posições secundárias nestes tipos de crime. Muitas vezes, essas mulheres apenas entram no tráfico de drogas para assumir o papel desempenhado pelo seu companheiro antes do mesmo ser preso.

Nesta conjuntura, há no presente trabalho o interesse em abordar o problema da criminalidade feminina com a devida atenção que a questão requer, com afincos em atribuir significado aos números supramencionados, pois estes indicam não apenas o quantitativo de mulheres presas, mas apontam para outros inúmeros problemas sociais de ordem estrutural existentes na sociedade, a saber o déficit em educação e consequentemente a falta de qualificação profissional e o desemprego, além da baixa qualidade de vida.

No intuito de colaborar com a ressocialização de mulheres que precisam cumprir medidas de detenção e ressocialização, procedeu-se com o desenvolvimento de uma proposta de anteprojeto arquitetônico partindo do conceito de torná-lo funcional, visando abranger as premissas de humanização e atender às particularidades dos usuários de forma a impactar positivamente no seu processo de ressocialização.

1.1 Problemática

Para Calixto (2016), a evolução do encarceramento feminino pode estar associado à necessidade de renda extra devido ao menor ganho de salário em relação aos homens, exclusão social e desemprego; o autor ainda ressalta a importância do debate pela defesa dos direitos das mulheres e da conquista da igualdade de gênero.

Alguns casos de prisão de mulheres estão relacionados ao consumo e dependência de substâncias como álcool e drogas ilícitas e, nesse caso, os crimes são cometidos para sustentar essas dependências.

As unidades prisionais não estão preparadas estruturalmente para as necessidades das mulheres encarceradas e suas necessidades peculiares como gestação e filhos recém-nascidos. No Tocantins, essa realidade não poderia ser diferente uma vez que a Unidade de Prisão Feminina (UPF) do Estado do Tocantins localizada em Palmas, a capital do Estado do Tocantins. A UPF é uma residência adaptada para o encarceramento e fica num bairro residencial denominado Taquaralto, a qual não conta com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP (2011). Além disso, as mulheres que trabalham nas unidades prisionais não recebem treinamento adequado para tratar das singularidades das presas, especialmente no processo de constituição de subjetividade feminina, demonstrando uma necessidade de capacitação para a sensibilização do sistema prisional como um todo (BARCINSKI, ALTENBERND e CAMPANI, 2014).

Frente a esse cenário, de que maneira uma proposta de anteprojeto arquitetônico destinado à edificação voltado ao público carcerário feminino pode vir a contribuir para que as mesmas possam cumprir a pena em um ambiente digno e humanizado?

1.2 Justificativa

Estudos apontam que muitas mulheres que estão inseridas no mundo do crime, sofrem abandono ou falta de auxílio familiar, são pessoas com pouca escolaridade e com menos perspectivas (INFOPEN, 2017). O primeiro Censo Carcerário Feminino do Estado do Tocantins realizado no ano de 2019, apontou que 22% das detentas possuem perfil de escolaridade com ensino fundamental incompleto, e apenas 1% com ensino superior completo. Além disso, 38% das condenadas tem perfil etário de 22 a 30 anos, as estatísticas apontam que as razões que as levaram à prisão estão num percentual de 14% por homicídio e 67% por tráfico de drogas, sendo que 74% são mães.

Diante de toda essa realidade, nota-se a importância do tema considerando a sua relevância social, ambiental e econômico; Com intuito de trazer soluções adequadas através de estratégias arquitetônicas que darão suporte para o

desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico humanizado que acolha as detentas em uma unidade de qualidade, com espaços confortáveis, considerando suas particularidades e funcionalidade visando proporcionar a elas dignidade. Haja vista que se deve respeitar as necessidades básicas inerentes a todos os cidadãos brasileiros como garantias fundamentais previstas na Constituição Federal vigente, possibilitando condições humanas adequadas para se viver, ainda que estes estejam em privação de liberdade. Para atender o viés ambiental, este será aprofundado através da escolha de materiais sustentáveis de fácil acesso na região bem como de baixo custo, fazendo uso de energia limpa, além de utilizar de soluções bioclimáticas e também sustentáveis como a ventilação cruzada, aberturas zenitais, possibilitando a redução de custos na concepção do projeto com soluções simples e sustentáveis propiciando assim maior conforto e qualidade para os usuários que adentram a edificação.

Pensando no o viés econômico a proposta de anteprojeto aponta como uso dos materiais de fácil acesso bem como vida útil durável para que minimize os custos com manutenção e uma vez que se faça necessária por se tratar de um equipamento público pensou-se que a proposta poderá ser custeada pelo estado com parcerias privadas; a proposta também visa a geração de emprego e renda pois para a que a mesma funcione faz-se necessário equipes de colaboradores tais como agentes prisionais, equipe medica, limpeza entre outras.

Destarte, a proposta de anteprojeto colabora-se para que estas mulheres em situação de vulnerabilidade social, dentre elas um percentual expressivo de mães, possam recuperar a autoestima ao receberem em ambiente de convivência digno e acolher, podendo dispor de uma oportunidade para sua ressocialização e reintegração na sociedade. Outrossim, que a estrutura da Casa de Prisão Feminina esteja em consonância com a Lei 11.942 (BRASIL, 2009), a qual assegura às mães presas e aos recém-nascidos, condições mínimas de assistência, além de vislumbrar o bem-estar e saúde mental destas mães.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é desenvolver o anteprojeto de uma Casa de prisão Feminina com base na arquitetura prisional/penitenciária e com conceitos relacionados a humanização e ressocialização das detentas na cidade de Palmas-TO.

1.3.2 Objetivos específicos

- Realizar fundamentação teórica acerca do tema, tal como estudar as tipologias projetuais de arquitetura prisional.
- Compreender o funcionamento de edificações de uso similar de maneira a agregar valor a edificação e possam dar embasamento a execução projetual.
- Desenvolver uma proposta de anteprojeto arquitetônico de qualidade, promovendo flexibilidade a edificação, acessibilidade e conforto ambiental.
- Destacar usos que consolidam um projeto de integração e espaços humanizados para promoção da qualidade de vida dos usuários.

2 METODOLOGIA

Para desenvolver o anteprojeto da Unidade Penitenciária Feminina na cidade de Palmas-TO, foi aderida uma metodologia que trouxesse embasamento a pesquisa, servindo de diretrizes e qualificando os objetivos específicos propostos.

Para elaboração do trabalho, no primeiro momento foi realizada fundamentação teórica através de leitura de artigos científicos, revistas, livros, sites, pesquisas bibliográficas com informações de fonte primárias e secundárias, levantamento de dados e estudos de casos de edificações existentes que tenha a mesma finalidade, os quais dão suporte para o desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico

No segundo momento foram analisados dados quantitativos acerca do público carcerário feminino no estado do Tocantins e na cidade de Palmas-TO, através da verificação de números no primeiro Censo Carcerário Feminino do Tocantins, realizado no ano de 2019, pela Secretaria da Cidadania e Justiça (TOCANTINS, 2019), onde também se inicia uma abordagem sobre referências teóricas, que direcionam a um maior entendimento sobre quem é a mulher infratora ' quais são os fatores que levam essas mulheres a cometer crimes que acarretam na sua privação de liberdade.

Na terceira etapa foram pesquisados modelos arquitetônicos de tipologia similar por meio de estudos de casos em sites especializados em arquitetura como *Archdaily*, onde foram feitas análises qualitativas, posteriormente foi desenvolvido a análises das

condicionantes do terreno, partido arquitetônico, formas e elementos, modelação estrutural e estudo volumétrico.

Para o desenvolvimento operacional da proposta arquitetônica, serão utilizados ferramentas computacionais como os programas: *Autocad* (2020), *Sketchup* (2018), tendo como principal software o *Revit* (2020), apoiado nos dados adquiridos por meio desta metodologia.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1.1 Apanhado histórico das prisões no Brasil;

Tema já muito discutido, porém, a humanização do sistema prisional se torna cada vez mais urgente e necessária, não somente para a construção de meios efetivos de restauração moral da infratora da lei, mas também como forma de revitalização dessa área da Arquitetura Prisional.

De acordo com o relatório de Informações Infopen-Mulheres (2017), o Brasil ocupava a quarta posição, em números absolutos, entre os doze que mais encarceram mulheres no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China e da Rússia. Tais números refletem a realidade brasileira em vários Estados da Federação, a título de exemplo, o número total de mulheres em privação de liberdade no Ceará passou de 1.065 para 1.808, entre dezembro de 2014 e dezembro de 2019, representando uma variação percentual de 69,8%, segundo dados do Infopen. No Brasil, o número de mulheres presas passou de 36.495 para 37.197, uma variação de 1,9%, no mesmo período.

Segundo Diniz (2015 Apud GERMANO *et a*, 2018), “[...] o presídio é uma máquina de abandono para a qual os sentidos de violência são múltiplos” (p. 210). Contudo ao ingressarem no sistema prisional, as mulheres enfrentam o abandono afetivo por parte dos familiares e do companheiro, além do distanciamento dos filhos o que torna o encarceramento ainda mais difícil para elas.

De acordo com o Infopen (BRASIL. Ministério da Justiça e segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2017), a humanização nas prisões femininas está longe de ser uma realidade na vivência das detentas, haja vista a estrutura física das prisões brasileiras as quais são as mais precárias possíveis. Ademais, tal realidade se reflete também no contexto do estado do Tocantins. Neste âmbito, identifica-se a falta de

infraestrutura que atenda às necessidades diversas do gênero feminino, por se tratar de prisão destinada a mulheres, em sua grande maioria mães.

Segundo o 1º Censo Carcerário Feminino do Tocantins (TOCANTINS. Secretaria da Cidadania e Justiça. 1º Censo Carcerário Feminino do Tocantins, 2019.), 74% das detentas são mães. Tal percentual significativo, traz ao debate também o problema da falta de infraestrutura adequada para receber os filhos destas mulheres em privação de liberdade. E considerando que 49% dos filhos são menores de 12 anos, é pertinente destacar que neste expressivo número de crianças estão recém-nascidos. Preocupado com este contexto, o poder legislativo no âmbito nacional, sancionou a Lei 11.942 (BRASIL, 2009.), a qual cuida de assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência, visando proporcionar condições dignas de assistência, bem como berçários e espaços apropriados.

De acordo com o relatório internacional da ONU (Organização das Nações Unidas por meio das Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Regras de Bangkok. 2016), o qual trata de políticas públicas para o encarceramento feminino, identifica-se um problema estrutural no padrão das prisões ao não distinguirem a questão de gênero e suas especificidades no tocante a infraestrutura das prisões e questões organizacionais das mesmas, por padronizarem o ambiente prisional tal qual ao masculino. O que acaba por trazer uma desigualdade maior às mulheres, ao não disporem do respeito às suas particularidades.

Nesse sentido, se faz a busca pela preservação da integridade física e psicológica dessas mulheres encarceradas, tendo em vista que as detentas tenham seus direitos assegurados e cumpram de maneira digna suas penas, tendo em vista que essa preservação possa vir a contribuir para assumir o papel de um instrumento de controle da criminalidade.

Varella (2017) defende que há fatores de risco que propiciam a incidência de violência urbana, quais sejam a infância negligenciada, crianças que não receberam amparo familiar, que sofrem agressões, ou qualquer espécie de omissão, bem como o convívio familiar devastado pela criminalidade. Tais fatores que caracterizam a violência urbana, se mostram em grande incidência nos grupos mais afetados pelas desigualdades sócio econômicas. Não obstante, tais condições não justificam a

violência, apesar de retratar a realidade que acomete também o sistema prisional feminino tocantinense, a considerar o significativo percentual de baixa escolaridade das detentas, bem como a falta de qualificação profissional e poder aquisitivo das mesmas, de acordo com dados do 1º Censo Carcerário Feminino de 2019.

Zaninelli (2015) pontua o capitalismo como um fator relevante para se pensar acerca da criminalidade feminina, sendo este um constante estimulador ao consumismo, haja visto que há a cultura da ostentação no contexto sócio-cultural em que estas mulheres estão inseridas, bem como uma glamourização acerca de marcas e produtos caros, o que traz a sensação de poder almejada, no intento momentâneo de resolver os problemas da desigualdade social existente, a qual as separa estruturalmente dos demais grupos de maior poder aquisitivo. Diante disto, o cenário representado pelas detentas no sistema prisional tocantinense, reflete também esta perspectiva, o que se faz notório pelo grande número de prisões decorrentes do tráfico de drogas, em sua maioria, o que denota o interesse pela renda advinda do tráfico, ao considerar que outras possibilidades de auferir a mesma renda seriam pouco prováveis, pelo déficit educacional existente e a consequente exclusão no mercado de trabalho. Pois para elas, o tráfico é a opção mais vantajosa e acessível, ao trazer um poder de compra maior, ainda que advindo de forma arriscada e ilícita.

Por conseguinte, a hipossuficiência retratada no sistema prisional feminino do estado do Tocantins aduz não apenas aos problemas socioeconômicos mas também diz a respeito às questões de gênero, ao considerar que a grande parte destas mulheres cometeram crimes para respaldar seus companheiros lhes auxiliando no tráfico de drogas, dos quais são dependentes economicamente (COSTA, 2008).

Diante deste problema social generalizado no âmbito nacional compete, preliminarmente, fazer um apanhado histórico das prisões no Brasil. Caldeira (2009), pontua que a restrição da liberdade é um mecanismo de utilização do Estado como forma de punição e correção dos delitos cometidos pelos indivíduos, o qual visa estabelecer a ordem e o controle dos conflitos sociais, mecanismo este difundido desde os primórdios nas civilizações antigas.

Segundo Jorge (2000) as prisões na Idade Média não eram pensadas em um projeto arquitetônico destinado a tal finalidade. Por esta razão não é vasta a literatura arquitetônica voltada para este tipo de edificação. Outrossim, no Brasil também não havia uma preocupação com estes espaços destinados a prisões, considerando que as cadeias eram em andares inferiores da câmara legislativa, em locais inóspitos, em

que não havia fornecimento de suprimentos básicos, alimentação ou qualquer tipo de cuidado.

No contexto do Brasil Colônia, as prisões evidenciavam ainda mais as desigualdades sociais, também àquele momento histórico o país não dispunha de políticas voltadas para os direitos humanos, tampouco vislumbrava-se um regime democrático. Nesta época seria no mínimo utópico pensar em garantias de direitos aos presos. Ademais, para Angotti (2011), as mulheres presas eram submetidas apenas a uma separação do espaço masculino em razão do sexo e não havia nenhuma preocupação de outra natureza, no sentido de atendê-las em suas necessidades. Além de considerar também o ranço patriarcal existente no referido período, pela questão de gênero, as mulheres presas eram ainda mais ultrajadas.

Por conseguinte, segundo Almeida (2014), mesmo com a instituição do primeiro código criminal no Brasil em 1830, não havia ainda prisões projetadas. Também não se vislumbrava a reinserção social dos presos na sociedade, dada a considerável mudança de tratamento atribuída aos homens brancos em relação ao procedimento para com os negros e pobres na mesma condição de restrição de liberdade. Não obstante, após a segunda metade do século XIX, houve a implantação da Casa de Correção da Corte, tendo a finalidade de ser uma prisão com trabalho, adotando o modelo arquitetônico panóptico.

Com a intenção do modelo arquitetônico panóptico, havia nas prisões uma separação entre os presos de modo a isolá-los totalmente uns dos outros. O intuito era o de promover uma penitência maior, possibilitando maior vigilância e silêncio no ambiente. Neste modelo havia uma centralização do ambiente de vigilância enquanto que as celas ficavam distanciadas e isoladas uma das outras nas partes periféricas, o que facilitava a localização do preso (FOCAULT 1999).

De acordo com Almeida (2014), o Brasil adotava um método híbrido de dois sistemas da época, o de Filadélfia e o de Auburn, os quais eram exemplos de penitenciárias, já o panóptico era um arquétipo, tratava-se mais de um modelo arquitetônico do que de um sistema prisional. Desta forma, no sistema Filadélfia o preso tinha uma cela individual, visando o total isolamento, vigilância constante, voltado para orações e penitências com viés religioso, no qual havia também castigos físicos em hipótese de transgressão das regras supramencionadas. Já no modelo Auburn, havia a premissa do silêncio e da vigilância tão rigorosos quanto no método

anterior, porém, era possível o contato com os outros visando o trabalho dos mesmos em conjunto.

Por conseguinte, é necessário mencionar também o padrão Radial, o qual inspirou a construção da Casa de Correção de São Paulo, inaugurada em 1852. Neste estilo havia uma torre centralizada em meio a quatro raios, em que estavam as celas e também onde os presos executavam suas obrigações laborais. Destarte, havia uma preocupação com o controle do trabalho executado e a vigilância dos presos. Apesar disso, o estilo Radial apresentava uma inviabilidade de execução e implementação no Brasil, em decorrência do seu valor de execução oneroso, além da morosidade da edificação e difícil adequação para possíveis ampliações (ALFREDO, 2018).

De acordo com Esteca (2010), cita-se ainda os padrões Auburiano e Paralelo. Nesse primeiro tem-se um modelo de projeto arquitetônico com pavilhões com formato retangular, com celas em duas linhas centrais as quais dão acesso a um pátio de uso comum, no qual a ventilação e iluminação estão voltadas para o mesmo, o modelo auburiano originou o sistema prisional com pavilhões. No segundo modelo, o Paralelo, há uma preocupação com a ressocialização do indivíduo, voltado para ideais positivistas, neste tinha-se o intuito de promover espaços voltados exclusivamente para o desenvolvimento do trabalho do apenado, bem como a sua educação, assistência médica de modo geral, e assim aumentando as possibilidades de projetos arquitetônicos no modelo paralelo.

Segundo Alfredo (2018), o padrão modular apresentava dois modelos, sendo que em um deles havia um pátio para cada edifício e no outro os vários edifícios organizados a formar um grande pátio central. Seguindo esta tendência, foi inspirada a construção do antigo complexo do Carandiru, extinto atualmente. No Tocantins, não há um modelo arquitetônico prisional padronizado, considerando os mais de 40 estabelecimentos prisionais existentes.

3.1.2 Unidades Prisionais Femininas no âmbito do Tocantins;

De acordo com informações da Secretaria da Cidadania e Justiça, o Estado do Tocantins conta atualmente com cinco Unidades Prisionais Femininas, sendo que estão localizadas nos municípios de Babaçulândia, Lajeado, Palmas, Pedro Afonso e Talismã. Ainda duas Unidades de Semiliberdade Femininas, sendo uma em Palmas e a outra em Araguaína.

De acordo com Campos (2017), no tocante às unidades prisionais no âmbito do Estado do Tocantins, importa mencionar que estas apresentam um padrão similar em suas condições estruturais, haja vista que apresentam consideráveis deficiências em relação a segurança proporcionada às detentas. Tal conjuntura agravada pela superlotação, propicia um clima de convivência pouco harmonioso, logo, caracterizado por conflitos constantes, o que descreve um ambiente caótico.

Considerando a falta de planejamento específico na construção das edificações, a fim de atender mulheres na condição de restrição de sua liberdade, é necessário pontuar que não há uma organização quanto à funcionalidade dos ambientes, tampouco vislumbra-se uma fácil localização das presas de forma fácil e específica, ao considerar a desordem dos ambientes.

Infere-se, portanto, que com as grandes dificuldades as quais o ambiente prisional feminino enfrenta, quais sejam o convívio conflituoso entre as detentas, seja o espaço precário e não-humanizado, deve haver uma maior preocupação no sentido de ressocializar estas mulheres em restrição de liberdade, para que estejam em um ambiente apto a propiciar esta reinserção social, e não nas condições que reafirmam o caos social e violência a que foram submetidas em suas vivências fora da realidade prisional (CAMPOS, 2017).

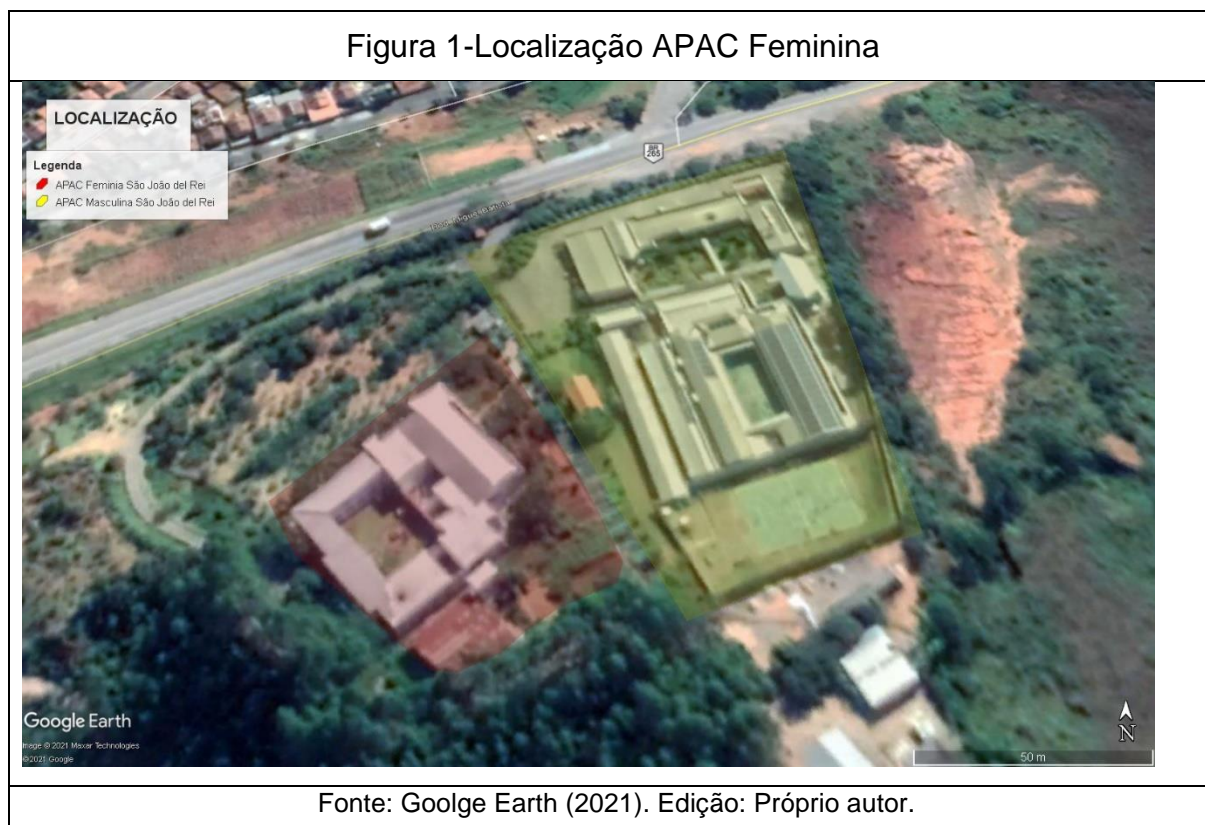
4 ESTUDOS DE CASO

Neste tópico serão abordados exemplos de modelos arquitetônicos como referência onde foram aproveitadas algumas características que norteiam o conceito do desenvolvimento da proposta de anteprojeto para o presídio feminino com conceito de humanização e acolhimento para os usuários.

4.1.1 Associação de Proteção e Assistência aos Condenados- Apac Feminina São João del Rei/ MG, Brasil.

Em 1972 surgiu o modelo prisional APAC- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que acredita e investe na recuperação dos apenados, motivando o retorno destes ao convívio social, presumindo que este indivíduo deve regressar a sociedade sentindo-se útil e recuperado para agir como cidadão de bem (ANDRADE, 2014). Em Março de 2018 foi inaugurada a Apac Feminina São João del Rei, a mesma fica situada em um terreno na Vila Jardim São José, na BR-265, construída ao lado

da Apac Masculina São João del Rei, (Figura 1), o prédio possui 1.200 metros quadrados de área construída, dispõe de dormitórios separados por regime de cumprimento de pena, berçário, salas de aula, dormitórios de visita íntima, cozinha, refeitórios e auditórios para reuniões, o espaço tem capacidade para receber 80 recuperandas.



O sistema humanizado e as atitudes ressocializadoras da Apac, que possui base nos princípios da valorização humana e na confiança de que os detentos são capazes de executar todas as atividades internas da penitenciária tem contribuído de maneira significativa para ressocialização dos usuários do sistema prisional, uma vez que a unidade tem uma concepção projetual diferente dos presídios convencionais; o programa tem várias passos em sua metodologia definidos como 12 os quais são: 1- A participação da comunidade, 2-recuperando ajudando recuperando, 3- o valor do trabalho dentro e fora da unidade, dependendo do regime interno, 4- a espiritualidade como ferramenta de recuperação de valores morais, 5- a assistência jurídica dentro das unidades, 6- assistência à saúde integral do recuperando, 7- a valorização da dignidade humana, 8- a referência familiar, 9- o trabalho voluntario e a formação permanente destes agentes, 10- a existência do Centro de Reintegração Social-CRS (a estrutura física), 11- uma política interna de mérito, na qual se avalia a progressão de regime de apenado; 12- a jornada de libertação com Cristo.

Figura 2- APAC Feminina



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (2021)

De acordo com Ernane Barbosa Neves- Juiz de Direito da Comarca de São José del Rei-MG, BRASIL, ele ressaltou que “Na Apac, o prédio é construído de forma plana, com visão para o horizonte, para que o recuperando possa enxergar que. Além dos muros da prisão, existe um futuro que o espera, depois de pagar sua dívida com a sociedade. ”

Apac masculina, o que viabilizou a construção deixando a mais barata, o custo final da obra foi em torno de R\$ 1,2 milhão.

Deste estudo de caso pode se extrair a sua contribuição no contexto humanização, e no quesito arquitetônico onde teve-se a preocupação de como a disposição da edificação afetaria diretamente na visão e comportamento das detentas expressado na fala de Ernane Barbosa Neves.

4.1.2 Penitenciária Halden Da Noruega, Halden, Ostfold; Noruega

A prisão de segurança máxima de Halden na Noruega é conhecida mundialmente pela sua arquitetura humanizada e pelo seu sistema focado na reabilitação do condenado, a unidade tem capacidade para abrigar até 252 detentos de alta periculosidade em quartos individuais.

O modelo adotado para tipologia projetual com conceito de campus, onde os pavilhões se encontram espalhados pelo terreno, possuindo características e formas diferentes de acordo com o uso.

Figura 3- Implantação Penitenciária Halden



Fonte: Taringa.net (2021)

De acordo com as afirmações de Hans Henrik Hoiland, o arquiteto encarregado de desenhar Halden; - "O mais importante é que esta prisão simula, na maior medida possível, o mundo exterior. No sistema carcerário da Noruega existe um ênfase no respeito aos reclusos e a seus direitos humanos".

Para que a reintegração na sociedade seja funcional, as condições na vida da prisão imitam as da vida em liberdade: os presos têm horários definidos, atividades, recebem formação e são encorajados a estudar à distância. Cozinham as próprias refeições e fazem desporto. Têm aulas de música e um estúdio de gravação ao dispor. Os guardas não estão armados e participam nas atividades de equipa, de forma a criar um sentido de comunidade.

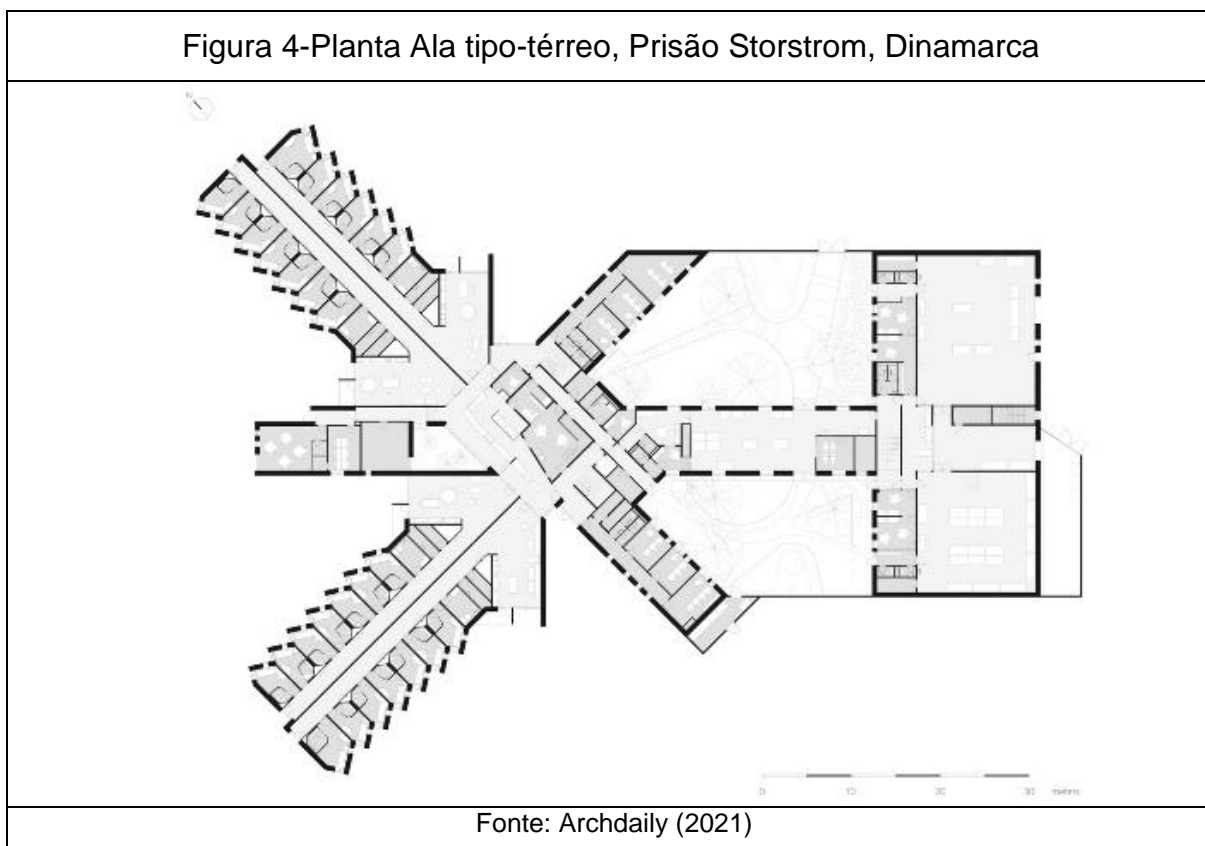
A prisão foi desenhada pelos estúdios de arquitetura HLM e Erik Moller, e inaugurada em 2010.

4.1.3 4.3– Prisão Storstrom, Dinamarca

A Prisão Storstrom, situada na Dinamarca é composta por uma área de 32.000 metros quadrados, o projeto é do ano de 2017 e foi desenvolvido pelo escritório C.F. Moller; o projeto adotou o viés de uma prisão homiziada e sociável, usando de conceitos arquitetônicos que auxiliam na situação mental e psicológica dos presos, bem como assegura a segurança e um espaço de trabalho ameno para os funcionários.

Com capacidade para acomodar aproximadamente 250 detentos em um regime de segurança máxima, o desenvolvimento do projeto se deu para que não viesse

trazer uma atmosfera institucional e anônima para o espaço, como solução, buscou-se projetar na mesma escala e seguindo a mesma estrutura de uma pequena cidade, incluindo elementos como ruas e quadras. Essa abordagem permite uma experiência mais familiarizada para o preso, além de manter o caráter institucional daquele espaço a um mínimo. Ao se inspirar em pequenas cidades, o projeto traz referências das vilas do entorno e se integra à paisagem.



Para criar uma dinamicidade, a cobertura e as fachadas são anguladas de diferentes formas. As fachadas têm acabamentos em tijolos claros alternados com concreto e aço galvanizado, todos materiais duráveis, de pouca manutenção que se comportam bem nas condições naturais e no passar do tempo.

O cárcere é organizado em unidades de quatro a sete celas, posicionadas envolta de um hall social. Essas unidades têm acesso à uma sala de estar e cozinha compartilhada, onde os presos preparam sua própria comida. As áreas sociais são decoradas com cores que se afastam da linguagem institucional, além de receberem obras de arte criadas especialmente para a prisão.

Considerando a importância da iluminação natural para o bem-estar das pessoas, cada cela tem duas aberturas que permitem tanto a entrada de luz, quanto vistas do

entorno e da paisagem natural. Atividade física, tanto interna quanto externa, também é algo fundamental para o bem estar físico e mental dos presos, e portanto o projeto prevê espaços internos e externos para esportes, jogos e exercícios físicos em geral.

5 DESENVOLVIMENTO PROJETUAL

5.1 ANÁLISE DAS CONDICIONANTES DO TERRENO

5.1.1 Área de Implantação

De acordo com o proposto, a escolha do terreno se deu levando em consideração as Diretrizes Básicas fornecidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP (2011). Onde nota-se uma necessidade pela facilidade de acesso na área de intervenção e o aproveitamento dos serviços de infraestrutura básica já existentes no local. Além de levar em consideração a impossibilidade de serem situados na zona central da cidade ou em bairro eminentemente residencial, visando a segurança geral.

Considerou-se a necessidade de que o local a ser proposto o anteprojeto deve facilitar o acesso e a apresentação das apenadas e processadas em juízo, levando em conta a relação das necessidades propostas às dimensões mínimas para a construção, onde deve-se adotar as áreas mínimas da área total do terreno entre 16,00 a 100,00 m² por pessoa presa, enquanto a área total construída se dá entre 12,00 a 60,00 m², conforme a CNPCP (2011). Sendo assim, limites a serem tomados como forma de fixar a taxa de ocupação.

De acordo com a CNPCP (2011), deve-se evitar terreno muito acidentado, de aterro e alagadiço, tendo em vista o alto custo gerado por movimentos de terra e por fundações especiais. Diante disso, a escolha da área em questão está localizada no município de Palmas – TO (Apêndices 01 e 02). A gleba denominada Gleba 01 com matrícula registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas – TO de matrícula nº 20.128, conforme Certidão de Matrícula cedida pelo Itertins (Instituto de Terras do Estado do Tocantins), (Anexo 01), área situada no município de Palmas-TO, a mesma conta com área total de 77,3070 ha (setenta e sete mil, três mil e setenta hectares), correspondendo a 773,070,00 m² (setenta e sete e três mil, setenta metros quadrados), tomando a mesma como propriedade do Estado do Tocantins, CGC/MF. 25.043.514/0001-55.

O terreno escolhido é originário do processo de desmembramento da Gleba 01, a qual faz parte do projeto. O mesmo fica as margens da Rodovia TO-020, que dá

acesso à Aparecida do Rio Negro e de 10 km do centro comercial da Capital, e área correspondente a 39.474,70 m² (trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e quatro inteiros e setenta décimos de metros quadrados). Conforme a Lei Complementar nº 400 de 02 de Abril de 2018, a qual dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Palmas-TO, a área de intervenção fica localizada na Macrozona de Ordenamento Condicionado- MOCond. (Apêndice 03).

5.1.2 Análise do entorno

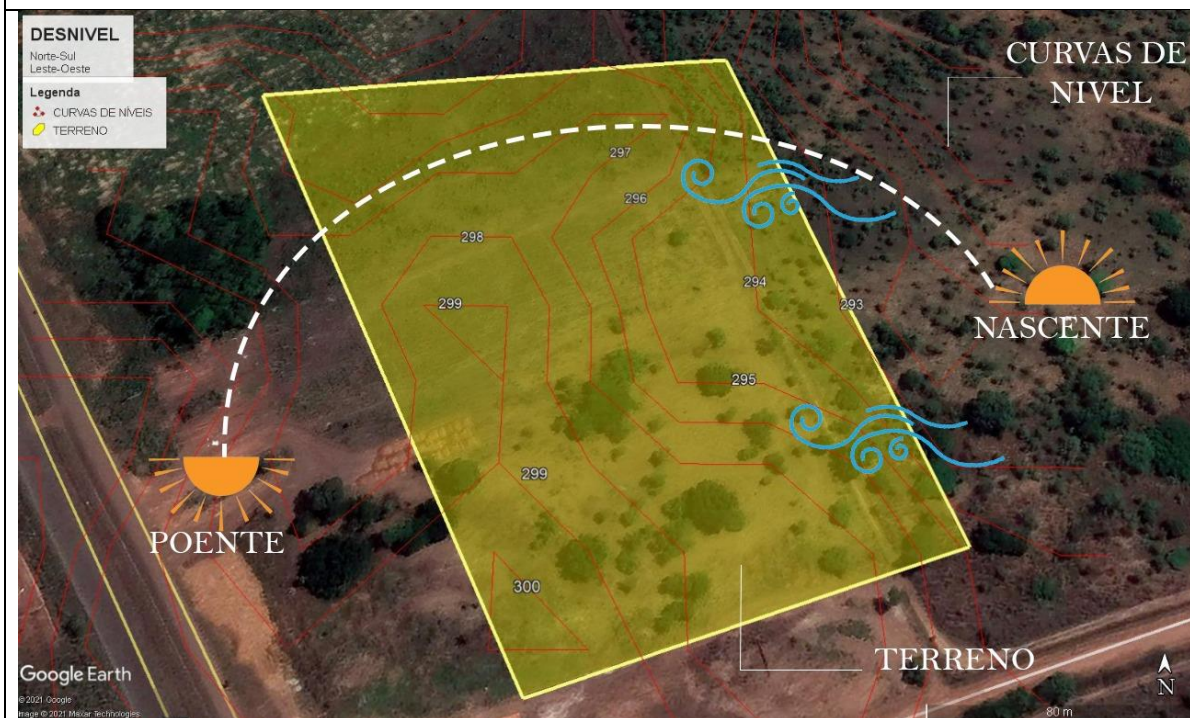
O entorno da gleba é caracterizado por chácaras rurais e alguns empreendimentos particulares. Além disso, existem alguns outros usos nas adjacências do terreno, como posto de abastecimento de combustível, cemitério, exército brasileiro, unidade penitenciária masculina e outros. O acesso é feito exclusivamente por uma estrada vicinal, ligada diretamente a TO – 020 (Apêndice 04).

5.1.3 Incidência Solar e Ventilação

Sabe-se que o município de Palmas é regido pelo clima classificado como clima úmido e subúmido com moderada deficiência hídrica no inverno. É caracterizada pelas estações de seca, entre maio a setembro, e chuvosas, entre outubro e abril. Nos períodos de seca, a incidência solar predomina mais na direção Norte e nos períodos chuvosos, essa incidência faz caminho contrário ao Sul. Nesses períodos, respectivamente, o índice pluviométrico pode variar entre 0 mm a 246 mm e a temperatura pode ter alternâncias entre 36°C e 15,5°C (PLANO DE ARBORIZAÇÃO URBANA DE PALMAS, 2016).

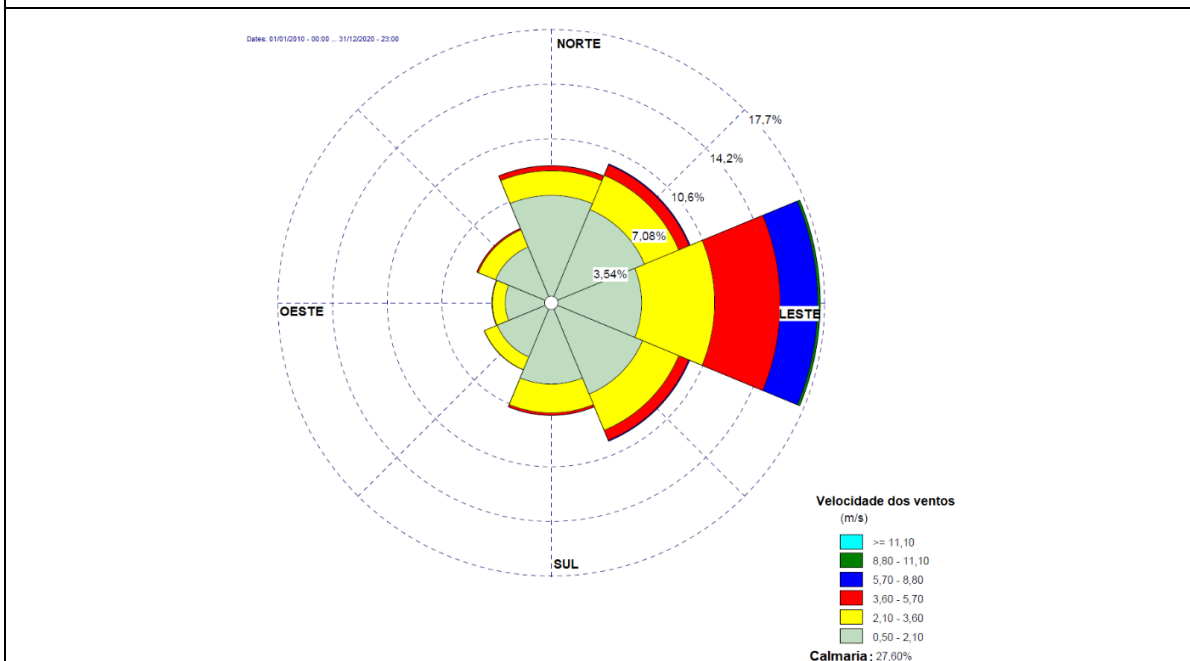
De acordo com informações proferidas por Silva e Souza (2016), nota-se a predominância do vento a leste, sendo essa mantida até os dias atuais; O trajeto do sol apresenta a nascente ao leste e poente a oeste conforme Figura 5.

Figura 5-Incidência Solar e Ventos Predominantes.



Fonte: Goolge Earth (2021). Edição: Próprio autor.

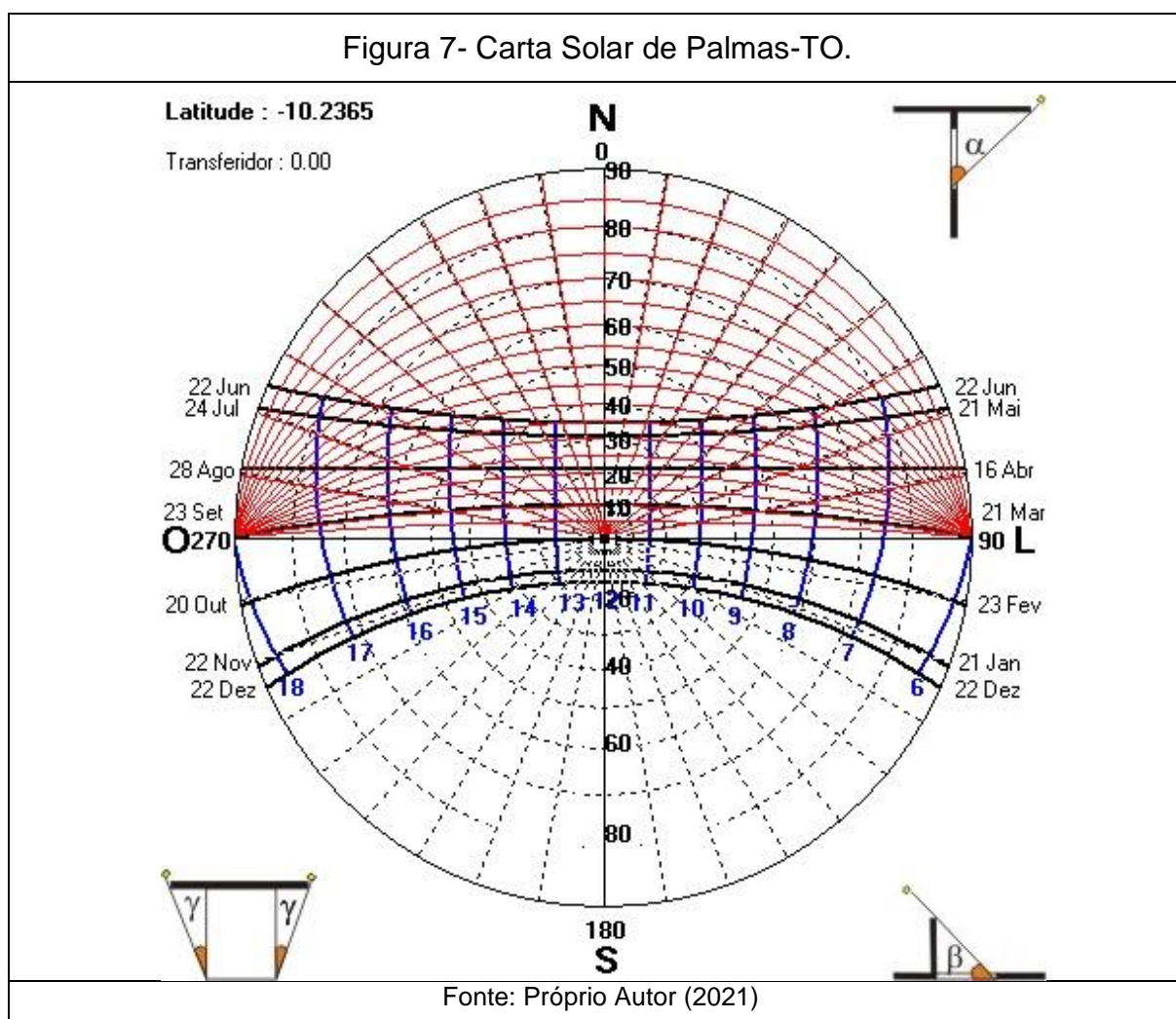
Figura 6-Rosa de Ventos de Palmas-TO.



Fonte: INEMET (2021)

Todas essas direções confirmam o papel dominante dos sistemas atlânticos (MTA e MEA) sobre Palmas, conforme mencionado anteriormente. Os autores ainda ressaltam que nos períodos de seca e principalmente no mês de agosto, a velocidade média do vento pode atingir cerca de 7,4 a 9,8 m/s, sendo considerada moderada. No restante dos meses do ano, essa velocidade se dá entre 1,7 a 3,3 m/s, notada como brisa leve ou aragem.

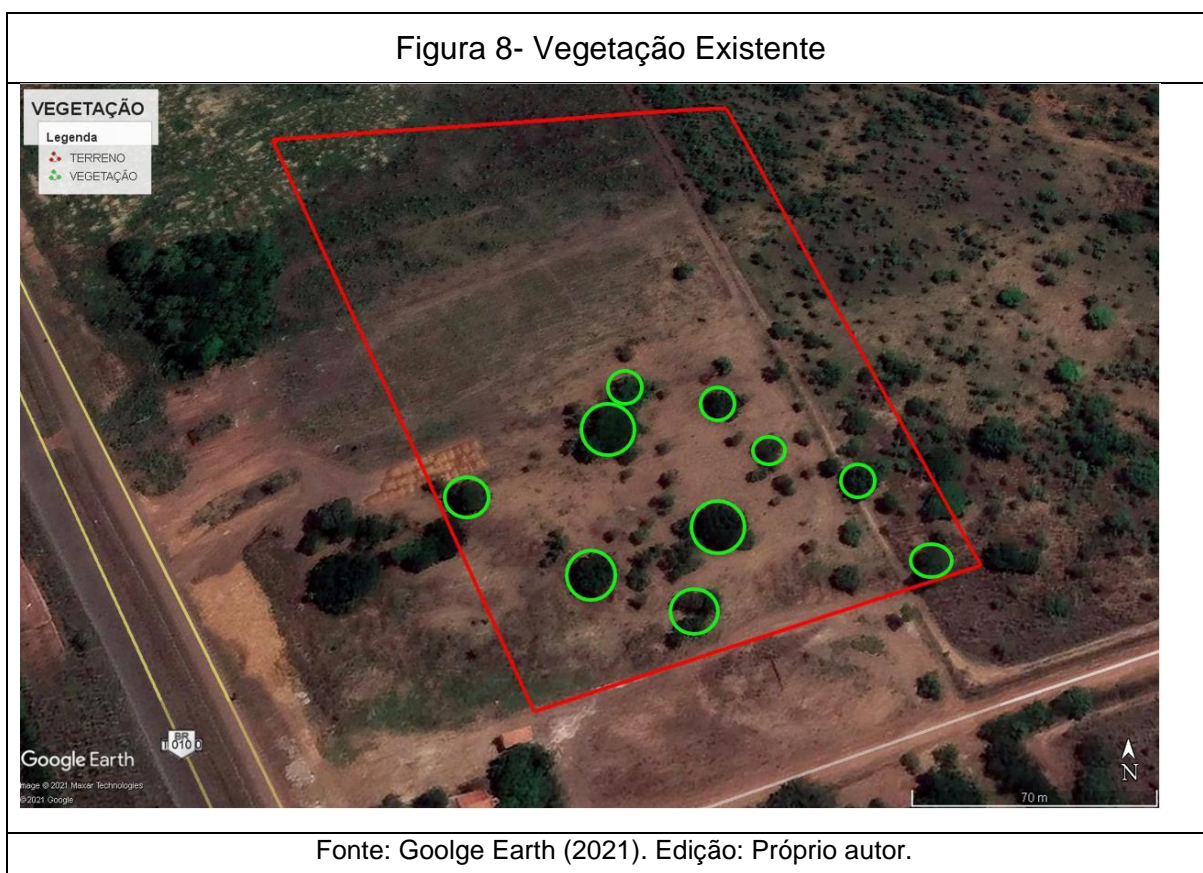
A partir da Carta Solar de Palmas, infere-se que a incidência solar predominante em Palmas se concentra nas porções Norte e Oeste; sendo que a fachada Norte possui maior período de incidência solar e a Sul possui a menor (Figura 7). Para Guarda (2006, p. 73), “o padrão temporal do elemento insolação é exatamente o inverso ao das precipitações, ou seja, nos meses em que as precipitações são menores, têm-se médias mensais de insolação maiores, normalmente associadas a menor nebulosidade”.



Desenvolveu-se o estudo da carta solar conforme apresentado na Figura 7, para que pudesse assim determinar os materiais a serem utilizados na proposta de anteprojeto. Considerando que a região tem um clima úmido e subúmido com moderada deficiência hídrica no inverno, possuindo assim altas temperaturas. Por meio deste pode-se determinar o uso de materiais que tenham propriedades que proporcionam uma amplitude térmica interna e um atraso térmico no fluxo de calor. Devido a sua alta capacidade de armazenar calor, fazendo com que o pico de temperatura interna apresenta uma defasagem e um amortecimento em relação ao externo.

Conforme o estudo referente à incidência solar de acordo com a carta solar apresentada na Figura 7, pode-se notar a necessidade do uso de brises e de medidas a tomar para manter o conforto térmico na proposta.

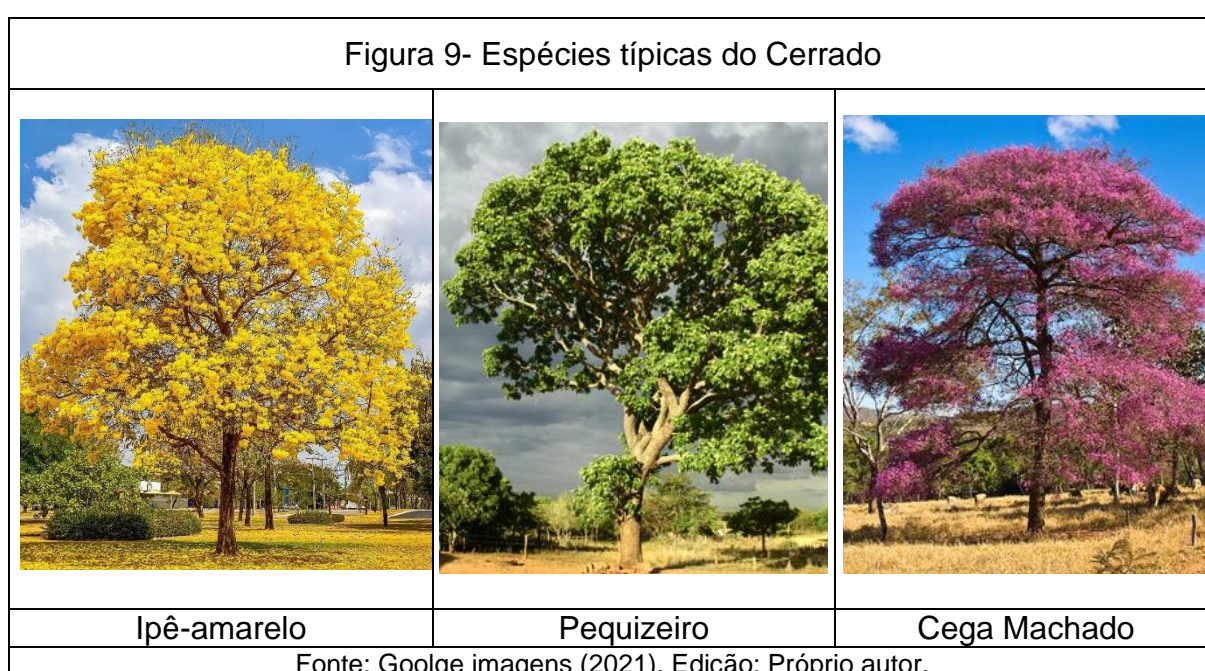
Vegetação



Segundo a Nota Técnica- Biomas presentes no Estado de Tocantins (DISTRITO FEDERAL. Câmara de Deputados, 2007.) Pode-se citar que na região a

predominância de vegetação xeromorfa¹ aberta, dominada e marcada por um estrato herbáceo. Ela ocorre em quase todo o Estado, preferencialmente em clima estacional, tendo média de mais ou menos 6 meses secos, sendo encontrada também em clima ombrófilo², quando obrigatoriamente reveste solos lixiviados e/ou aluminizados.

Dentre as vegetações típicas do cerrado em específico na região de Palmas-TO, pode-se citar as mais diversas espécies, como o ipê-amarelo (*Handroanthus serratifolius*), pequiheiro (*Caryocar brasiliense*) e cega machado (*physocalymma sacaberrimum Pohl*), imagens de tais espécies constam na Figura 9.



¹ Em ecologia, o termo usado para designar espécies vegetais adaptadas a condições áridas (desérticas) e semi-áridas é a xeromorfia (a palavra, de origem grega, significa “forma seca”).

² Ombrófilo, o clima é quente e úmido, mas o inverno é geralmente frio. A FOM aluvial ocupa sempre os terrenos aluviais.

5.1.4 Topografia

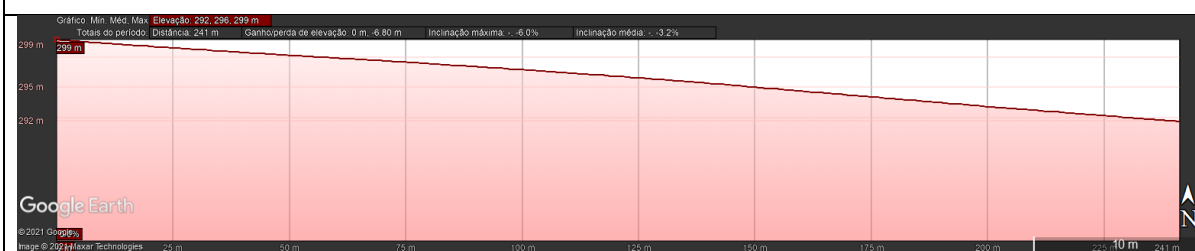
Segundo o IBGE (1999), a declividade é a relação existente entre o desnível topográfico (ou altura) entre dois pontos e a distância horizontal (ou base) entre eles; O terreno em estudo possui topografia com desnível de variação vertical total de 7,00 metros no Corte Leste-Oeste (Figura 11), e de 3,00 metros no Corte Norte-Sul (Figura 12), tendo o declive maior com 2,90 que conforme a classificação de Marques (1971) citado por Oliveira (2017) sua classificação é de declive moderado. Essa morfologia do terreno concede a possibilidade de poucas movimentações de terra.

Figura 10- Topografia da Área

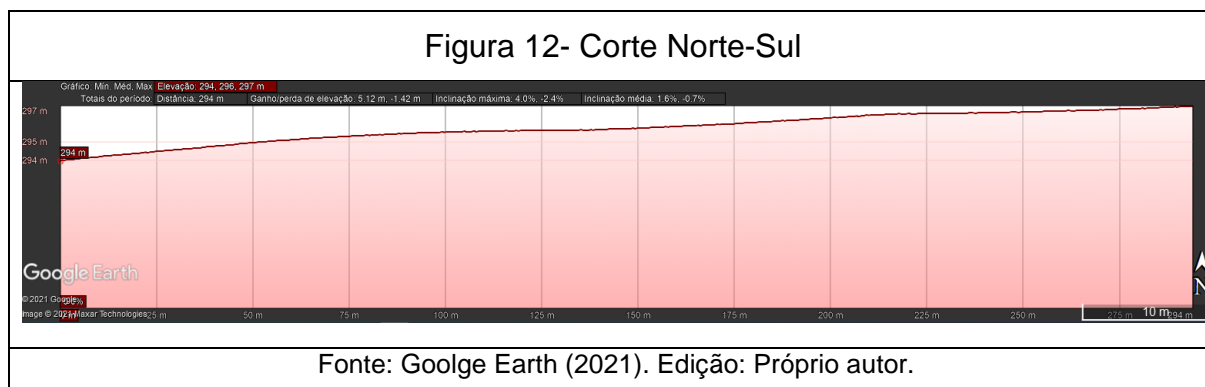


Fonte: Goolge Earth (2021). Edição: Próprio autor.

Figura 11- Corte Leste-Oeste



Fonte: Goolge Earth (2021). Edição: Próprio autor.



5.1.5 Legislação e Normas Técnicas

Conforme a Lei Complementar nº 400 de 02 de Abril de 2018, a qual dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Palmas-TO e no Código de Obras Municipal (Lei nº 045/90), não é constatado área prevista para a construção de estabelecimentos penais no âmbito atual, porém, quando não houver orientações estabelecidas pelo DEPEN e pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), passarão a prevalecer as legislações municipais. De acordo com análise das leis o terreno em questão não é contemplado esse tipo de estabelecimento, por isso, para a realização desse anteprojeto foi levado em consideração as orientações do DEPEN e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Podendo assim notar os seguintes recuos para edificação com tipologia horizontal a ser considerada neste anteprojeto (Tabela 1), onde nota-se a dependência da tipologia arquitetônica adotada no projeto proposto.

Tabela 1- Recuos mínimos necessários por tipologia arquitetônica e por barreira:

Tipologia arquitetônica		Recuo mínimo	
		Muro	Alambrado
Edifício horizontal	Com presença de preso	10,00	15,00
	Sem presença de preso	H^3	10,00
Edifício vertical	Com presença de preso	$10,00 + (n^6 - 2)/2$	$15,00 + (n - 2)/2$
	Sem presença de preso	$H + (n - 2)/2$	$10,00 + (n - 2)/2$

Fonte: CNPCP (2011).

Deverá ser previsto um perímetro de segurança externo, onde tende a ser correspondente e paralelo a toda a barreira, quando esta utilizar materiais cortantes ou perfurantes. Este perímetro externo terá a função de afastar pessoas de fora do

meio penitenciário da barreira, como medida de prevenção contra acidentes por contato com os materiais letais ou que provoquem quaisquer lesões.

Caso esses materiais se localizem na base da barreira, a distância mínima entre a linha externa e a barreira deverá ser de cinco metros. Caso se localizem no topo da barreira, a distância mínima deve ser de três metros. Deverá ser providenciada sinalização que advirta sobre a necessidade de atenção à segurança destas áreas.

Taxa de Permeabilidade:

De acordo com CNPCP (2011), pode-se considerar que a taxa de permeabilidade é a relação entre áreas descobertas e permeáveis do terreno e a sua área total. Seguindo as diretrizes estabelecidas pela CNPCP (2011) a taxa de permeabilidade adotada no anteprojeto proposto é de 10% (dez por cento), nos imóveis com área superior a 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados).

Estacionamento:

Preferencialmente, o estacionamento de veículos para funcionários deverá ser exclusivo. O estacionamento para o público deve ser previsto fora da área de segurança proposta, devendo prever oferta de vagas levando em consideração a quantidade de funcionários e de presos, além de obedecer aos seguintes critérios:

a. 1 vaga para cada 3 funcionários;

b. 10 vagas para autoridades;

c. Com estacionamento para até 100 vagas, pelo menos 1 vaga deverá ser destinada a PNE;

d. Com estacionamento para mais de 100 vagas, pelo menos 1% das vagas deverão ser destinadas ao PNE.

Para as legislações pertinentes ao edifício penal foi elaborado a tabela 2 na qual esquematiza as principais leis, resoluções, portarias e outros para a concepção projetual do trabalho apresentado:

Tabela 2-Legislações pertinentes ao edifício penal

LEGISLAÇÃO	OBJETIVO
Resolução nº 14/94 - CNPCP	Regulamenta o tratamento dos presos no Brasil
Resolução nº 05/04 - CNPCP	Diretrizes para o cumprimento das Medidas de Segurança
Resolução nº 04/09 - CNPCP	Diretrizes para estada, permanência e posterior encaminhamento das (os) filhas (os) das mulheres encarceradas.
Resolução nº 03/05 - CNPCP	Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais
Resolução nº 09/11 - CNPCP	Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal
Portaria Interministerial Nº 1777/03	Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário
Lei nº 7.210/84, LEP	Regulamenta o direitos e deveres dos presos
Plano Diretor do Sistema Penitenciário Estado do Tocantins – Seciju 2016	Contém o conjunto de ações a ser implementado pelo Estado visando o cumprimento da LEP
Plano Estadual de Educação nas Prisões – SEDUC 2012	Contém o conjunto de ações a ser implementado pelo Estado visando o cumprimento da LEP
Lei nº 371/92	Código de Posturas do Município de Palmas
Lei nº 45/90	Código de Edificações do Município de Palmas
Lei Ordinária nº 1840/11	Institui o Código Sanitário do Município de Palmas
Bombeiros	-
NBR 9050/94	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

Fonte: Próprio Autor (2021)

5.1.6 Caracterização dos usuários

De acordo com Paixão (1987), durante o período de privação de liberdade pelo qual a detenta é submetida, é fundamental a identificação, bem como diagnosticar as múltiplas determinações causais de seu comportamento para a aplicação das terapias eficientes de recuperação, que após o cumprimento de sua pena a mesma possa retomar o convívio em sociedade.

De acordo com 1º Censo Carcerário Feminino do Tocantins (TOCANTINS. Secretaria da Cidadania e Justiça. 1º Censo Carcerário Feminino do Tocantins, 2019.), em março de 2019 o total de detentas era de 190 em todo o estado do Tocantins, e de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN (2019), na cidade de Palmas-TO na Unidade Prisional Feminina de Palmas, o número total de detentas no período de julho a dezembro de 2019 corresponde a um total de 69 mulheres, sendo 19 detentas em regime fechado e 50 em regime provisório; a proposta de anteprojeto é direcionada para atender este público.

Segundo Lei 7.210 (BRASIL, 1984.) a qual dispõe sobre os direitos dos indivíduos privados de liberdade, assegura que o indivíduo que se encontra cumprindo pena privativa de liberdade tem o direito a assistência social como o princípio de todo o processo de ressocialização, sendo uma forma de demonstrar que valores morais e éticos estão

resguardados, informando que a tortura e a violência não farão deles seres humanos melhores. Na humanização, é imprescindível que, devido a situação que se encontram as penitenciárias no dia de hoje, os agentes penitenciários sejam instruídos sobre o tratamento adequado para com as detentas.

5.1.7 Programa de necessidades e pré-dimensionamento

O programa foi estabelecido com base nos documentos disponibilizados pelo Ministério da Justiça- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, como as Diretrizes Básicas para arquitetura penal (2011) e os estudos do referencial teórico e estudos de caso. (Apêndice 05).

5.1.8 Funcionograma, Setorização e Fluxograma

O funcionograma e setorização da proposta de anteprojeto está representado no Apêndice 06, e o fluxograma está apresentado no Apêndice 07.

5.1.9 Elementos Construtivos estruturais e materiais

Foi adotado um sistema construtivo onde se dá a utilização do concreto armado, vigas e pilares e estrutura metálica como estrutura principal, paredes em alvenaria ecológica Ecolar aplicado por todo a proposta, pois segundo PEREIRA (2019), a alvenaria Ecolar tende a diminuir desperdício e promovendo uma agilidade construtiva, além de trazer uma maior mobilidade para o empreendimento. Pode-se notar a utilização de estrutura metálica, sua escolha se deu pela capacidade desta alcançar grandes vãos, juntamente com o concreto. Permitindo a rapidez na execução da obra e apresentando uma maior resistência e menor probabilidade de patologias como trincas e fissuras, tão presentes por conta do clima local. Além dos dois materiais permitem a diminuição da quantidade de mão de obra.

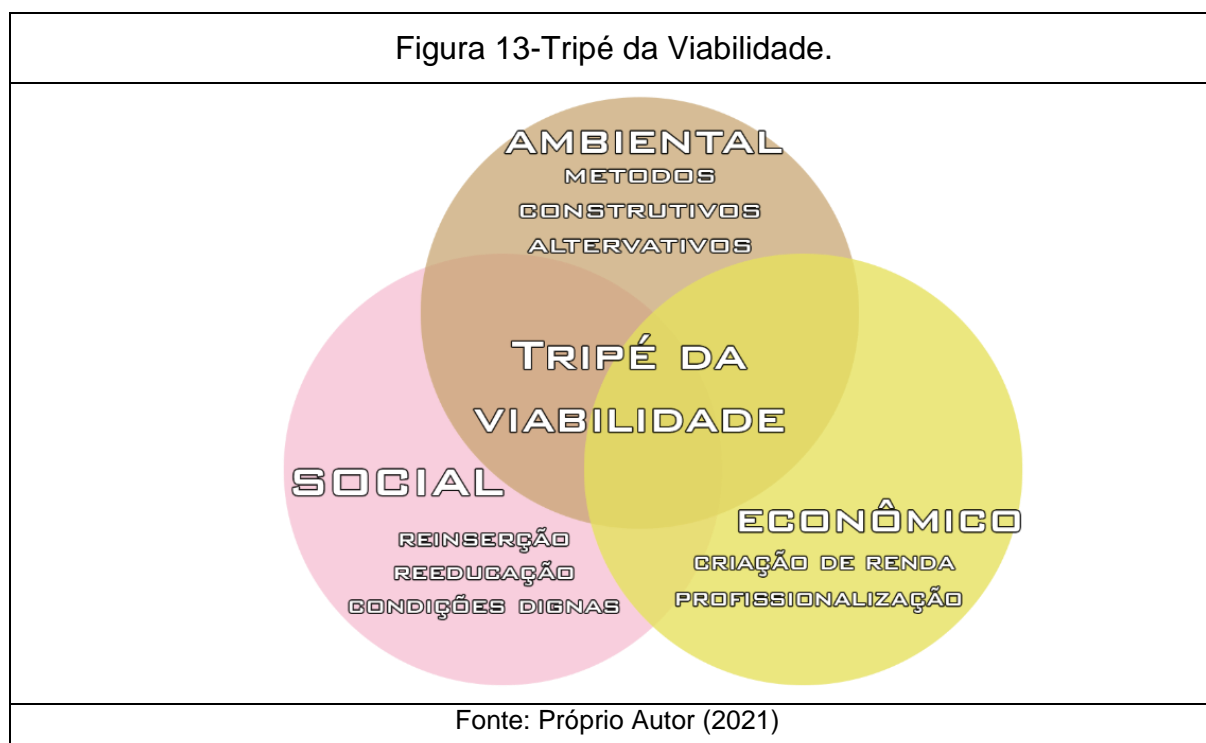
Para a escolha dos pisos, foi analisada mediante as possíveis fugas que podem acontecer nas unidades penitenciárias. Portanto, o piso a ser utilizado é composto por concreto com malha de aço abaixo.

Em toda a proposta será adotado a cobertura metálica tipo sanduíche, com platibanda e laje. Notando-se que este tipo de telhas possuem uma baixa inclinação (5% telha metálica), a escolha pela telha metálica sanduíche ou termoacústica se deu pela mesma ser boa isolante de temperatura e som.

A telha é composta por duas chapas metálicas intercaladas por um isolante, a espessura do isolante pode variar de acordo com a necessidade de isolamento térmico pedido pela localização do empreendimento. Conforme o apontado pelos fabricantes desse tipo de telha, as mesmas são consideradas econômicas, pois ao garantir o controle térmico dos ambientes promovem um menor gasto com sistemas de climatização e, conseqüentemente, energia. A telha possui vantagens como: facilidade na instalação, uma manutenção barata, durabilidade, resistência mecânica, não propaga chamas e sua leveza e resistência estrutural permitem uma economia na estrutura do telhado.

5.1.10 Partido Arquitetônico

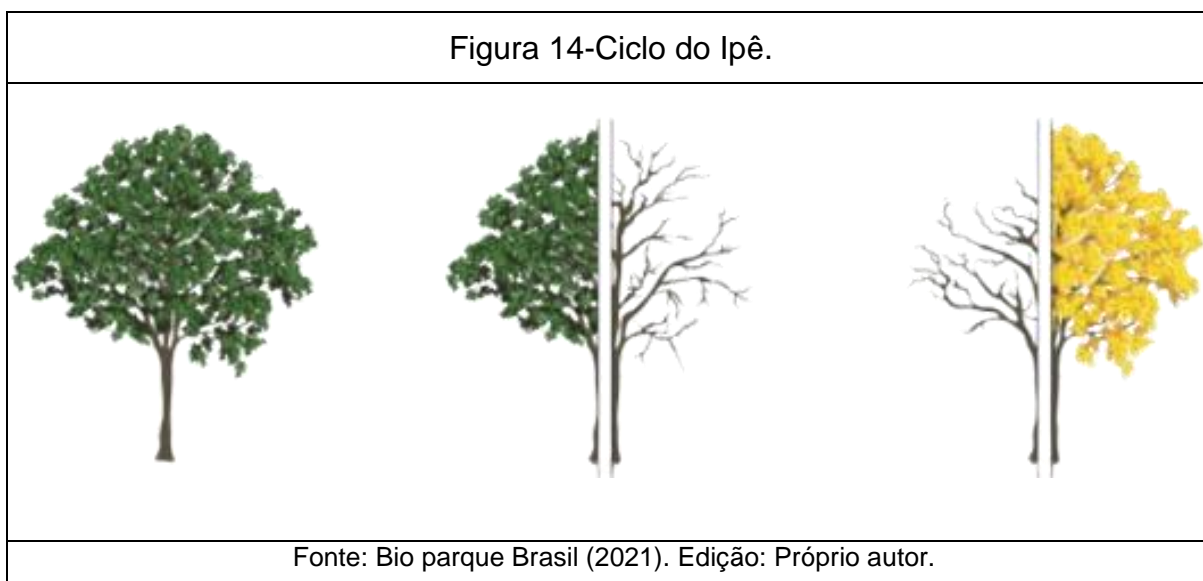
Pode-se dizer que o projeto arquitetônico executável busca o tripé da viabilidade, sendo a união e o equilíbrio dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Para tal feito, a proposta deve conter soluções que abranjam os três itens, além de englobar a sustentabilidade do mesmo. Sabendo disto nota-se que a Figura 13 traz as soluções que foram adotadas no partido e no conceito projetual para essa arquitetura.



Para uma edificação, reforma e/ou ampliação de estabelecimentos penais, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, pré-define alguns critérios a serem instigados no momento da escolha do partido arquitetônico, trazendo assim uma melhor funcionalidade, segurança, conforto e minimizar impactos

ambientais. Para a definição do partido arquitetônico desta proposta, levou-se em consideração as setorizações pré-estabelecidas pelas diretrizes do CNPCP, de uma forma a dividir e organizar os fluxos do edifício para melhor atender as necessidades locais.

O partido conceitual adotado na concepção do anteprojeto foi pensado baseado no ciclo que a detenta irá passar enquanto estiver privada de liberdade, onde pode-se dizer que a utilização das árvores do cerrado traz a ideia de que mesmo durante um período árido, como o período de estiagem, ainda há vida e beleza na flora.



Podendo citar as árvores como o Ipê árvore nativa do Brasil, a qual tem seu período de floração durante a seca e inverno, trazendo vida e beleza a localidade em que se encontra, além de anunciar um novo ciclo, trazendo a primavera com a nova folhagem. Mostrando que mesmo nas mais difíceis situações ainda pode-se achar uma nova perspectiva de vida e ter um recomeço.

Além do cega-machado, também sendo uma espécie nativa do cerrado brasileiro onde remete a beleza de uma árvore de grande porte, imponente que mesmo assim remete a beleza e a sensibilidade em meio a uma terra seca. Assim como em um ambiente como um centro de detenção feminino ainda há uma leveza, um novo futuro para as detentas.

Conforme estudo apontado pelo Dr. Carlos Humberto Biagolini (2016), encontra-se a seguinte afirmação, onde o Ipê é uma planta típica das formações abertas da floresta pluvial do alto da mata atlântica, porém com bom desenvolvimento também em regiões com características de cerrado. É considerada como árvore símbolo do

Brasil, conforme dito em 1961, pelo então presidente, Jânio Quadros, onde declarou o pau-brasil a Árvore Nacional e o Ipê-amarelo, da espécie *Tabebuia vellosi*, a Flor Nacional.

Sabe-se que após a retirada da pessoa do âmbito social para o sistema carcerário, é necessário todo o acolhimento e amparo seja psicológico ou jurídico para que a pessoa consiga se reerguer, sendo assim um grande papel para a locação que a detenta irá ocupar. Deixando assim com que a arquitetura do local a faça perceber que ela poderá se reestruturar e que pode retornar a sociedade com uma nova visão.

O Centro de Detenção Feminino de Palmas é proposto após analisar as dificuldades no sistema prisional e a necessidade da população carcerária, onde a proposta se dá na ressocialização da detenta dentro da comunidade de forma a dar uma nova perspectiva a ela.

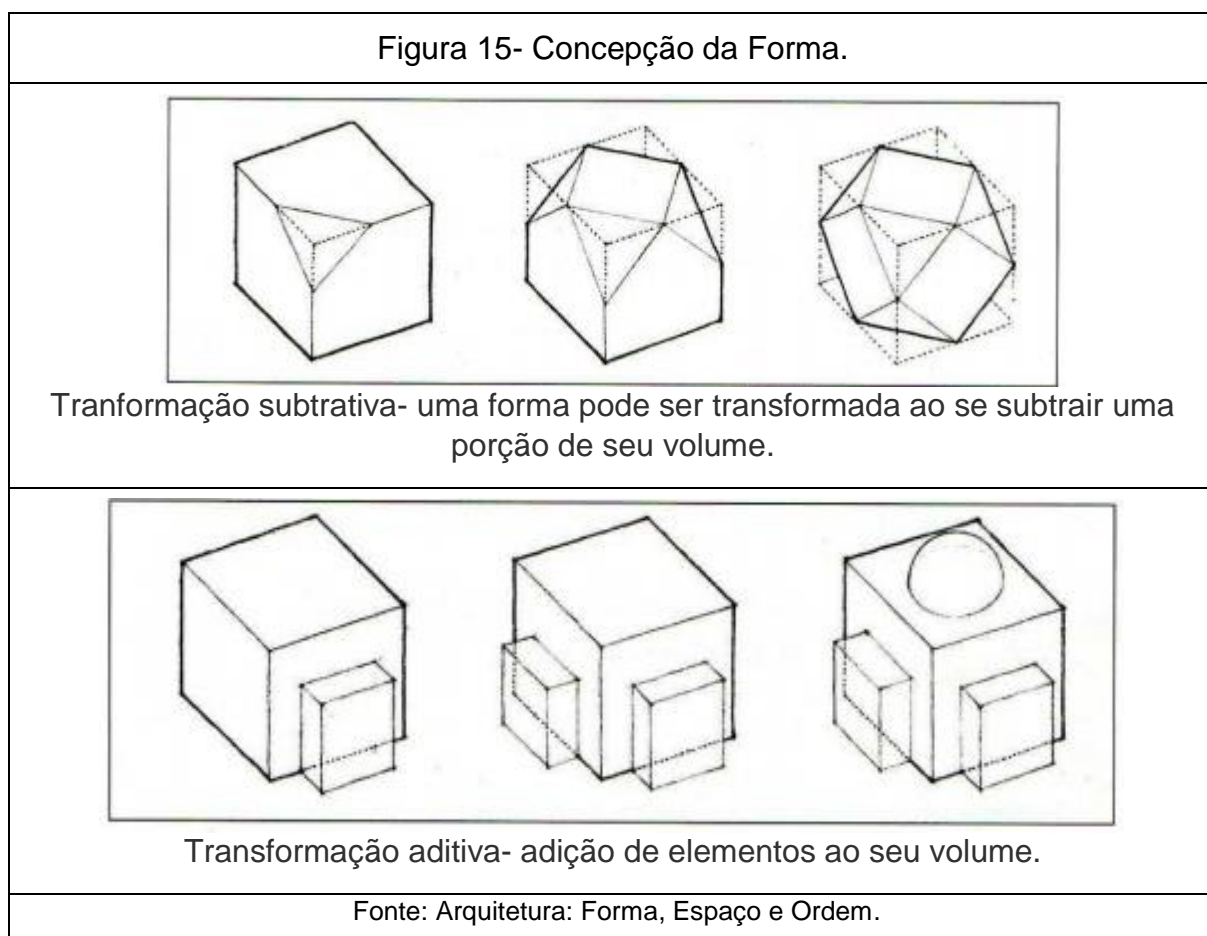
5.1.11 Concepção Formal

Durante a concepção do estabelecimento foi seguida uma linha que buscasse facilitar a administração, a segurança, a manutenção e a funcionalidade das atividades prestadas pelos apenados, sendo exigências contidas nas Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal do Ministério da Justiça, DEPEN (2011). Ainda de acordo com as diretrizes do DEPEN (2011), o projeto deve ser flexível, prevendo áreas destinadas à ampliação e transmitir caráter de humanização com o uso de áreas verdes e áreas destinadas ao lazer dos detentos sem deixar de lado a segurança necessária para implantação desta área. Tendo uma atenção a mais para organização dos fluxos através de um zoneamento geral, de uma forma que seja funcional e que impeça a sobrecarga.

A arquitetura do anteprojeto teve um maior foco na funcionalidade do ambiente e no bem-estar dos usuários. A escolha do modelo pavilhonar se deu na melhor forma de como setorizar as atividades das detentas, separando os locais de lazer e recolhimento dos locais de trabalho e administração, possibilitando assim um melhor controle da unidade prisional.

O volume é o primeiro elemento geométrico a apresentar três dimensões: comprimento, largura e profundidade (CHING, 2013), e seu formato é equivalente à relação entre os pontos que o compõem. Segundo Le Corbusier (1977) em relação aos volumes sob a ação da luz, a tarefa do arquiteto é dar vida à superfície que circunda o volume, por outro lado, muitas vezes, pode-se usar métodos utilitários de

superfície onde se deve encontrar a divisão imposta pela superfície forma a ser trabalhada, no caso a de um retângulo prismático, o qual será disposto arquitetonicamente de maneira a evidenciar a movimentação de seu bloco, sendo derivado de uma forma estática para uma forma com várias faces, elaborando assim uma modulação hora de subtração hora de adição dessa forma proposta, conforme Figura 15.



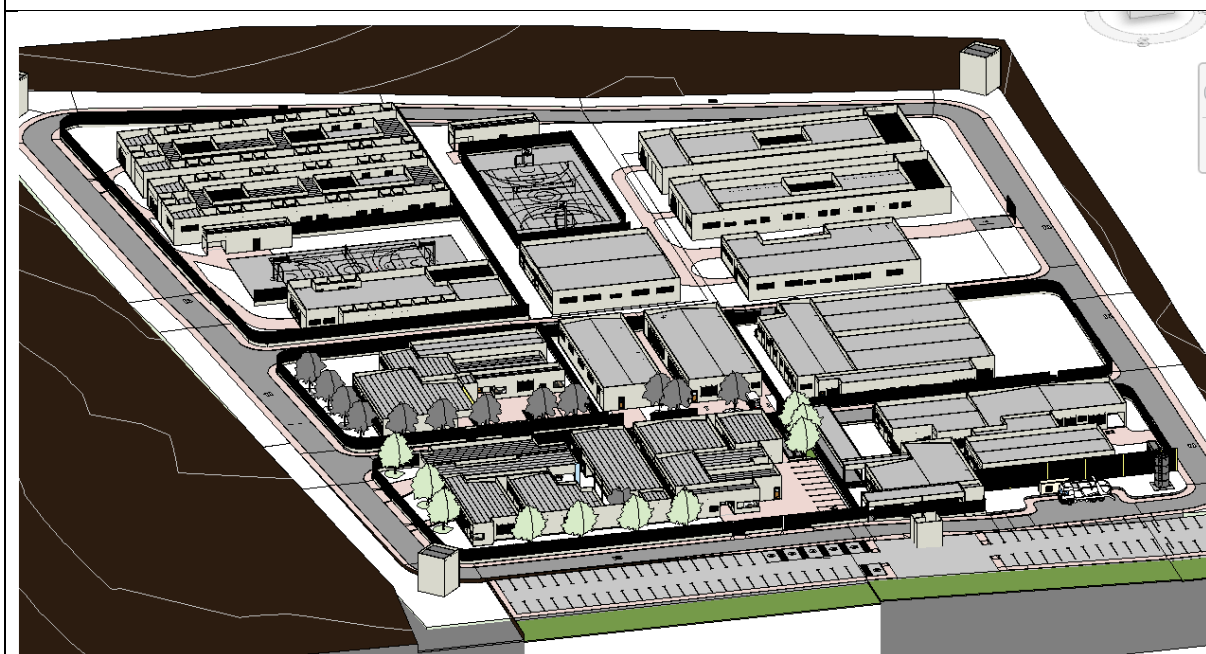
Conforme dito por Le Corbusier, pode-se definir a arquitetura da seguinte maneira:

A arquitetura é um jogo sábio, correto e magnífico de volumes reunidos sob a luz; as sombras e os claros revelam as formas; os cubos, os cones as esferas, os cilindros ou as pirâmides são as grandes formas primárias que a luz revela bem. (2000, p.13)

Seguindo este conceito com formas mais simples, este trabalho traz a seguinte proposta de forma conforme a apresentada na Figura 16 e Figura 17, onde nota-se

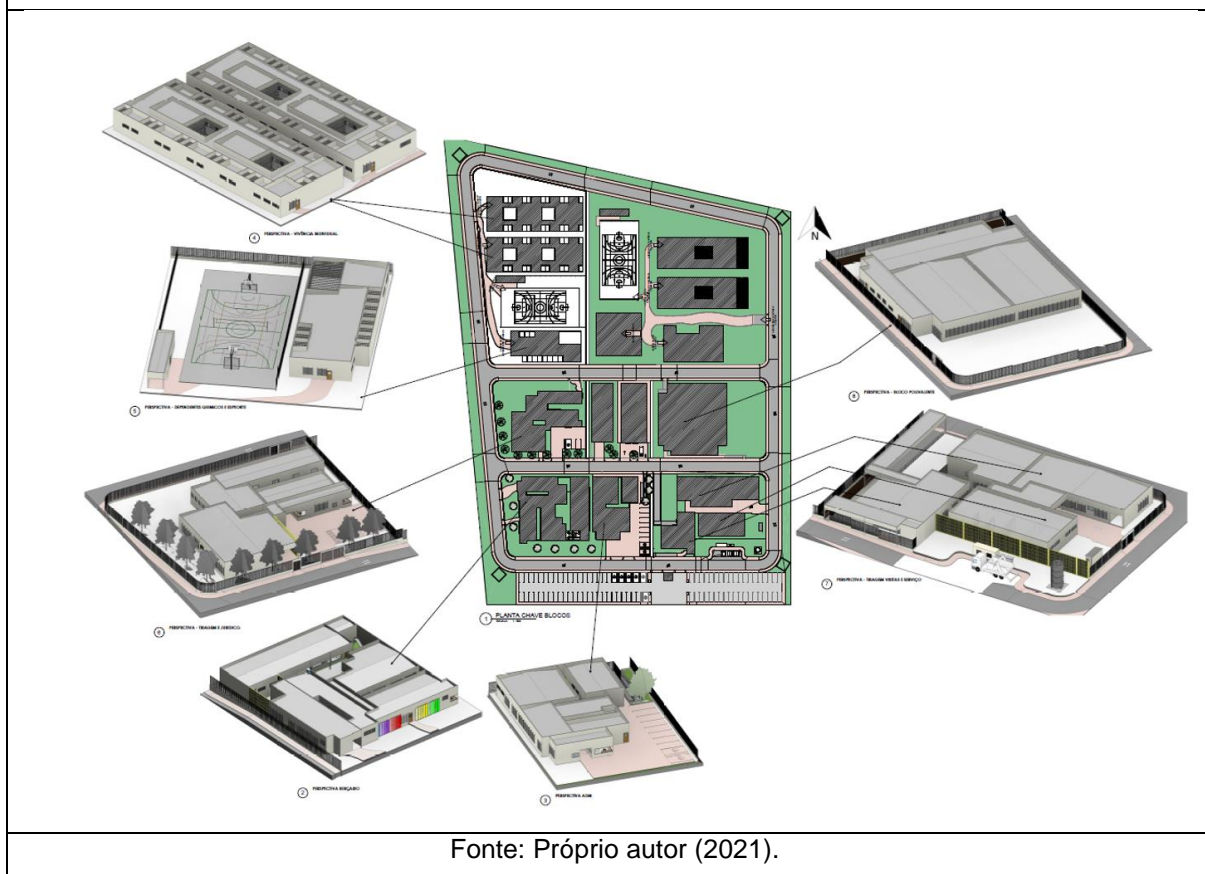
que a proposta de anteprojeto foi distribuído em setores conforme as Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal do Ministério da Justiça, DEPEN (2011), onde o setor externo é direcionado para áreas administrativas e fluxos de guarda externa, pessoal do administrativo e de pessoas que venham visitar o estabelecimento; o setor intermediário recebe o fluxo de pessoas dos setores externo e interno, onde também é instalado o acesso de atendimento à saúde das detentas; o setor interno controle e visita é direcionado para o atendimento de visitantes após liberação da revista; e o bloco interno, onde o fluxo e uso é exclusivamente de detentas e dos funcionários.

Figura 16- Estratégia compositiva e Volumetria.



Fonte: Próprio autor (2021).

Figura 17- Estratégia compositiva e Volumetria em perspectiva.

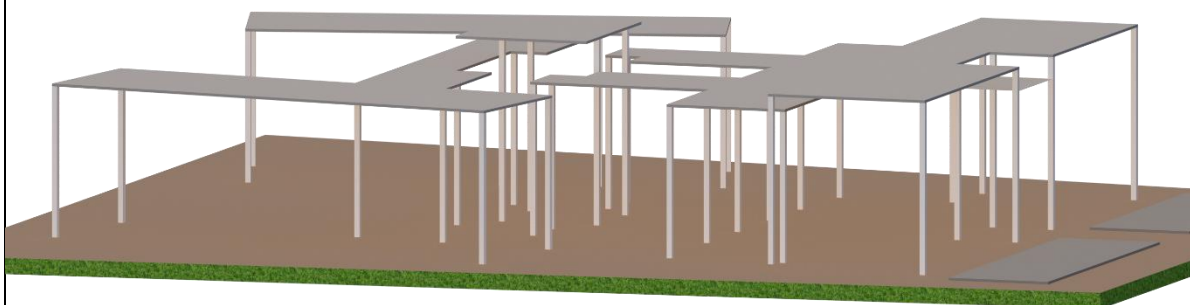


Assim, a primeira abordagem se dá através da composição de uma forma básica, sendo um prisma retangular, em que o resultado pode ser obtido através do trabalho de subtração e adição que será revelada através da mudança de materiais e sombreamentos.

5.1.12 Modulação Estrutural

A modulação estrutural foi baseada no uso das matérias empregados e descrito no tópico Elementos Construtivos estruturais e materiais, que resultou na figura 18 a qual levou em consideração a forma desenvolvida na figura 17; a laje foi utilizada pois possui funções térmicas e acústica, além de representar baixo custo de manutenção e fornece maior segurança em relação a possíveis tentativas de fuga das detentas.

Figura 18- Modulação Estrutural



Fonte: Próprio autor (2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer deste trabalho foi possível ver as dificuldades que se pode encontrar dentro do sistema prisional e a necessidade da população carcerária que vivencia diariamente essas deficiências. É fundamental a reformulação do sistema e que a sociedade entenda que para melhorar as condições das unidades prisionais não se trata de privilégio ou regalia para àqueles que cometeram crimes e sim uma tentativa de regenerar o mesmo para evitar que mais crimes sejam cometidos.

A estadia de uma pessoa privada do direito à liberdade dentro do sistema carcerário não deve ser vingativa e sim promover uma ressocialização dentro da comunidade. A proposta em questão foi formulada a partir de pesquisas sobre o tema relacionado ao referencial teórico, onde pôde notar a importância do tema de cunho geral. Não só para a sociedade, mas para mim como acadêmica. Onde devemos notar as dificuldades enfrentadas dentro do sistema carcerário, a história, sua legislação e a complexidade que o tema traz para a sociedade atual.

Concluindo assim que mesmo dentro da faculdade pode-se abrir perspectivas e novos horizontes onde tentamos testar nossos limites como estudante e podendo assim crescer como pessoa e como arquiteta. Além, de mostrar como a arquitetura pode e deve ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ALFREDO, Heloísa de Santis. Uma aproximação necessária: Arquitetura penitenciária e a questão de gênero. São Paulo, Dissertação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas. Capitalismo, Classes Sociais e Prisões no Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400245111_ARQUIVO_anpuhrio2014Gelsomcompleto.pdf>, Acesso em 20/04/2021.

ANDRADE, Durval Ângelo. APAC: a face humana da prisão. 2. Ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2014.

ANGOTTI, Bruna Soares. Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil, São Paulo, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), programa de Pós-Graduação USP, 2011.

ANJOS, Cleide Leite de Sousa dos. Cárcere na Unidade de Prisão Feminina de Palmas: Formas de aprisionamento e direitos humanos fundamentais à luz da criminologia crítica. Palmas-TO. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, 2017.

ANTÓNIO, Ana. A prisão mais humana do mundo fica na Noruega (em imagens). **TSF Rádio Notícias**. 27 de Fev. 2015. Disponível em: <<https://www.tsf.pt/multimedia/galeria/vida/a-prisao-mais-humana-do-mundo-fica-na-noruega-em-imagens-4422727.html>> Acesso em: 10 de Abril de 2021.

APAC Feminina de São João Del-Rei é inaugurada oficialmente. **Assessoria de Comunicação – ASCOM do Tribunal de Justiça de Minas Gerais-TJMG**, Belo Horizonte-MG, 13 de Mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/apac-feminina-de-sao-joao-del-rei-e-inaugurada-oficialmente.htm#.Ylr7D7VKiHs>> Acesso em: 20 de Abril de 2021.

APAC de São João Del-Rei inaugura oficialmente a nova sede da Apac Feminina. **Fraternidade Brasileira de Assistência aos condenados**. Itaúna-MG, 05 de Mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.fbac.org.br/2021/index.php/pt/noticias-site/2199-apac-de-sao-joao-del-rei-inaugura-oficialmente-a-nova-sede-da-apac-feminina>> Acesso em: 05 de Abril de 2021.

BARCINSKI, Mariana; ALTENBERND, Bibiana; CAMPANI, Cristiane. Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.19, p.2245-2254, 2014.

Brasil. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Diretrizes básicas para arquitetura penal**- Brasília: CNPCP, 2011.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984.

BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional. **Presos em Unidades Prisionais no Brasil**. Período de Julho a Dezembro de 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZWl2MmJmMzYtODAzMC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmlyZjFjZGQ0liwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso: 07 maio. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009. **Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência**. Presidência da República Federativa do Brasil, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11942.htm>. Acesso: 20 abril. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Departamento Penitenciário Nacional, Levantamento nacional de informações penitenciárias de mulheres – INFOPEN mulheres**. Brasília, 2017.

CALDEIRA, Felipe Machado. **A evolução histórica, filosófica e teórica de pena**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, nº 45, V.12, 2009.

CALIXTO, Inês Isabel Capão. **A mulher no crime: submissa ou sutil? As atividades rotineiras como fator relevante na incidência de gêneros no fenômeno criminal**. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais) Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa-PT, 2016.

CAMPOS, Carla. **A contribuição da arquitetura penitenciária no processo de ressocialização de detentas: proposta para a Unidade Penitenciária Feminina de Palmas-TO., Palmas**. Dissertação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro Universitário Luterano de Palmas, 2017.

CHING, Francis. D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher ao tráfico de drogas**. Maceió, EDUFAL: 2008.

DEXTO, Rafael Barty. **Xeromorfia**. Info Escola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ecologia/xeromorfia/>> Acesso em: 22 de Junho de 2021.

DINIZ, D. **Cadeia: Relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ESTECA, Augusto Cristiano Prata. **Arquitetura Penitenciária no Brasil: análise das relações entre a arquitetura e o sistema jurídico-penal**. Brasília. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação, UNB, 2010.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20 ed., Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

GERMANO, Idilva Maria Pires; MONTEIRO, Rebeca Áurea Ferreira Gomes; LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcanti. **Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino**. Psicologia: Ciência e Profissão, v.38, p.27-43, 2018.

GONZÁLEZ, María Francisca. Prisão Storstrom/ C.F. Moller. **ArchDaily**. 14 de Jan. 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/886790/prisao-storstrom-cf-moller>> Acesso em: 20 de Abril de 2021.

HALDEN Prison, carcel de lujo. **Taringa!**. 02 de Jul. de 2011. Disponível em: <https://www.taringa.net/+info/halden-prison-carcel-de-lujo_12y7pc> Acesso em: 22 de Abril de 2021.

IBGE, Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Noções Básicas de Cartografia. ISSN 0103-9598 Manuais técnicos em geociências, número 8 ISBN 85-240-0751-6**. Rio de Janeiro, RJ – Brasil, 1999. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8595_v1.pdf

JORGE, Wilson Edson. **500 anos de prisões. Revista do Programa de Pós-Graduação da FAU USP**, São Paulo, n.8,p. 226-247, 2000.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MARQUES, J. Q. A. **Manual brasileiro para levantamento da capacidade de uso da terra**. 3ª ed. Rio de Janeiro: ETB/EUA, 1971.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok), de 2016**. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/01/documento-regras-de-bangkok.pdf>>. Acesso: 20 abril. 2021.

PAIXÃO, Antônio L. **Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o Criminoso**. São Paulo: Cortez/Aut.Assoc, 1987.

PEREIRA, Caio. **Tijolo ecológico: o que é, tipos, vantagens e desvantagens**. Escola Engenharia, 2019. Disponível em: <<https://www.escolaengenharia.com.br/tijolo-ecologico>>. Acesso: 20 maio. 2021.

PEREIRA, Fernanda de Carvalho; VEROCAI, Henrique Dondeo; CORDEIRO, Vinícius Ribeiro; GOMES, Carlos Francisco Simões. **Sistemas de Informação e Inovação: Um estudo bibliométrico**. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas da Informação. Vol. 13, nº.1, Jan/Abr., pp.81-100. (2016).

ROSTIROLLA, Luciano. **A adoção das parcerias público-privadas no sistema prisional como medida efetiva para reinserção social dos presos., Palmas-TO**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal do Tocantins, 2015.

SALMASSO, Rita de Cássia. **Criminalidade e Condição Feminina: Estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília-SP**. Revista de Iniciação Científica da FFC, Vol. 4, nº 3 (2004).

SCALABRIN, Júlia. **Penitenciária Inclusiva de Erechim: Proposta de ressocialização através de uma arquitetura humanizada**. Erechim-RS, Dissertação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim, 2019.

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA. **1º Censo Carcerário Feminino do Tocantins**. Tocantins, 2019.


SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA. **Lista de Telefones e Endereços.** Tocantins, 2021. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/460993/>>. Acesso: 31 de maio de 2021.

SUÇUARANA, Monik da Silveira. **Floresta Ombrófila.** Info escola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biomas/floresta-ombrofila/>>. Acesso em: 22 de Junho de 2021.

VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras.** 1 ed., São Paulo, Companhia Das Letras, 2017.

ZANINELLI, Giovana. **Mulheres encarceradas: Dignidade da pessoa humana, gênero, legislação e políticas públicas.** Jacarezinho-PR, Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2015.

ANEXO 01 – CERTIDÃO DE MATRÍCULA


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Tocantins - Comarca de Palmas
SERVENTIA DE REGISTRO DE IMÓVEIS
R. Amazonas Centro - ACSUSO 30, Lt. 06, Conj. 01, situado à av. Teófilo Segurado
Fone (61) 3391-4700 ou (61) 3391-4701 - CEP: 77.016-000

Israel S. de Abreu Campos
Oficial Registrador
Marco Antonio Victorino Furtado
Substituto

Lucia Angélica S. de Abreu R. Fortado
Substituta Legal
Cleio Augusto S. de A. Ribeiro
Substituto

Lucia Siqueira de Abreu Ribeiro
Substituta
André Bastos Campos
Substituto

CERTIDÃO DE MATRÍCULA

Israel Siqueira de Abreu Campos, Oficial de Registro de Imóveis de Palmas, Capital do Estado de Tocantins, na forma da Lei, etc...

CERTIFICA, que a presente é reprodução autêntica da **Matrícula nº. 20.128**, do Livro 02 Registro Geral, extraída por meio reprográfico nos termos do Art. 19, § 1º, da Lei 6.015 de 1973 e Art. 41 da Lei 8.935 de 18/11/1994 e está conforme o original, referente ao **IMÓVEL**: Uma área rural denominada de **Chácara Porto Seguro**, situada neste município, com área de **77.3070** ha de cerrado, com os seguintes limites e confrontações: "Partindo do marco M-01, cravado na margem da rodovia TO-020, margeando esta rodovia passando pelo marco M-02, segue com os azimutes e distancia de 106°36'09" - 100,27 metros e 85°40'46" - 508,19 metros até o marco M-03, cravado na margem da referida rodovia; Dai, segue confrontando com Raimundo da Silva Alencar, segue com o azimute e distancia de 162°47'43" - 1.065,36 metros até o marco M-04; Dai confrontando com Amador Luiz Ferreira, segue com o azimute e distancia de 252°32'04" - 631,98 metros, até o marco M-5; Dai, confrontando com Raimundo da Silva Alencar, passando pelo marco M-06, segue com os azimutes e distancias: 335°10'56" - 765,87 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, até o marco M-1, ponto de partida;" **PROPRIETÁRIO**: Estado do Tocantins, CGC/MF. 25.043.514/0001-55; **ORIGEM**: Matrícula 2.761, deste Cartório. Dou fé.

R01-20.128, feito em 21 de setembro de 1993 - TÍTULO: Título definitivo de domínio; **TRANSMITENTE**: Estado do Tocantins, CGC/MF. 25.043.514/0001-55; **ADQUIRENTE**: Imobiliária Porto Seguro Ltda, CGC/MF. 33.310.160/0001-96, com sede à avenida Joaquim Aires, 2.341, Porto Nacional - TO; **FORMA DO TÍTULO**: Título definitivo de domínio nº 1.199, expedido pelo Itertins em 04/02/1993; Imóvel objeto da presente matrícula, valor CR\$ 25.511.310,00; **CONDIÇÕES**: Não Constam. Dou fé.

AV02-20.128, feito em 05 de abril de 1999 - Instruído com Carta Sentença, extraída dos autos nº 335/94, da Ação Discriminatória dos imóveis **Canela, Taquarussu, Taquari ou Tatá**, e Acórdão da Apelação Cível nº 1.620/96, com sentença transitada em julgado em 22/02/1999. Procedo a presente para ficar consignado o cancelamento do registro do imóvel objeto da presente matrícula, nos termos dos artigos 233, I e 250, I da Lei 6.015/73. Dou fé.

AV03-20.128, feito em 01 de fevereiro de 2010 - RESTABELECIMENTO DE MATRÍCULA E REGISTRO: Instruído com Determinação Judicial do Ministro Gilson Dipp - Corregedor Nacional de Justiça, encaminhada pelo do Ofício nº 184-E/CNJ/COR/2010, referente ao PP 0005914-60.2009.2.00.0000, procedo a presente para tornar sem efeito a averbação de cancelamento da presente matrícula, objeto do AV02, **RESTAURANDO O REGISTRO** ao(s) proprietário(s): **IMOBILIÁRIA PORTO SEGURO LTDA**, qualificado(s) no ato R01. **ORIGEM**: Matrícula 30.770, em virtude da Ação Discriminatória nº 335/82, nos termos da Decisão. Dou fé.

AV04-20.128, feito em 22 de março de 2010 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de escritura pública de compra e venda lavrada em 11/03/2010, às fls. 098/099, do Livro 087, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato R01, vendeu para **HENRICK MOREIRA NERY BLAMIREs**, corretor de imóveis, portador CPF. 822.584.491-20, RG. 3.415.049 2ª via-SSP/GO e sua esposa **MARILENE HELENA SANDRI BLAMIREs**, administradora de empresas, portadora CPF. 774.507.791-53, RG. 199.205 2ª via-SSP/TO, casados pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da Lei 6.515/77, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na cidade de Palmas-TO à Rodovia TO 020, Km 02, pelo preço de R\$ 826,79, a **Chácara Porto Seguro/1**, com área total de 6.2165 ha, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº **101.760**, feita em 22/03/2010. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 71,0905 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Inicia-

Página 1

se a descrição deste perímetro no marco M-01, cravado na confrontação do Sr. Juracy Arruda Alencar e faixa de domínio da TO-020, de coordenadas UTM E794.906.921 e N8.867.810.832 referente ao meridiano central 51°, daí, segue pela faixa de domínio na Rodovia TO-020, nos seguintes azimutes e distâncias de 106°36'09" - 100,27 metros e 85°40'46" - 508,19 metros, passando pelo marco M-02, indo até o marco M-03, cravado também na faixa de domínio da TO-020; daí, segue confrontando com Raimundo da Silva Alencar, com azimute e distância de 162°47'43" - 1.065,36 metros, até o marco M-04, daí, segue confrontando com o Sr. Dário Pereira com azimute e distância de 252°31'47" - 187,53 metros, até o marco MC-13, cravado na faixa de domínio da rodovia TO-020; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/1, nos seguintes azimutes e distâncias de 323°23'04" - 91,25 metros e 323°27'45" - 87,55 metros, passando pelo ponto P1, indo até o marco MC-10, cravado também na faixa de domínio; daí, segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/1, no azimute e distância de 245°42'09" e 404,24 metros, até o marco MC-11; daí, segue confrontando com o Sr. Juracy da Silva Alencar, nos seguintes azimutes e distâncias de 335°10'56" - 643,97 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, passando pelo marco M-06, indo até o marco M-01, ponto inicial da descrição deste perímetro, conforme mapa e memorial descritivo sob a responsabilidade técnica de Caitano Jerônimo Pereira, CREA 3447 TD/GO. Dou fé.

AV05-20.128, feito em 30 de março de 2010 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de escritura pública de compra e venda lavrada em 25/03/2010, às fls. 171/172, do Livro 087, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato **R01**, vendeu para **HUDSON LEANDRO RODRIGUES DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, funcionário público, portador CPF. 008.904.221-25, RG. 801.707-SSP/TO, residente e domiciliado na cidade de Palmas-TO, pelo preço de R\$ 441,30, a **Chácara Porto Seguro/2**, com área total de **4,0173 ha**, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº **101.765**, feita em 30/03/2010. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 67,0732 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Começa no marco M01, cravado na confrontação do Sr. Juracy Arruda Alencar e faixa de domínio da TO-020, de coordenadas UTM E794.906.921 e N8.867.810.832 referente ao meridiano central 51°; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, nos seguintes azimutes e distâncias: 106°36'09" - 100,27 metros e 85°40'46" - 508,19 metros, passando pelo marco M2 indo até o marco M3, cravado também na faixa de domínio da TO-020; daí, segue confrontando com o Sr. Raimundo da Silva Alencar, no azimute de 162°47'43" e distância 1.065,36 metros, até o marco M4; daí, segue confrontando com o Sr. Dário Pereira, no azimute de 252°31'47" e distância 187,53 metros, até o marco MC13, cravado na faixa de domínio da TO-020; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/1, nos seguintes azimutes e distâncias de 323°23'03" - 91,25 metros e 323°27'45" - 87,55 metros, passando pelo ponto P1, indo até o marco MC10, cravado também na faixa de domínio; daí, segue ainda pela faixa de domínio no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/2, nos seguintes azimutes e distâncias: de 323°27'24" - 64,21 metros e 329°18'46" e 41,54 metros, passando pelo ponto P2 indo até o marco MC09; daí, segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/2, no azimute de 245°03'23" e distância de 386,93 metros, até o marco MC12; daí, segue confrontando com o Sr. Juracy da Silva Alencar, nos seguintes azimutes e distâncias: 335°10'56" - 544,30 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, passando pelo marco M6 indo até o marco M1, ponto de partida, conforme mapa e memorial descritivo sob a responsabilidade técnica de Caitano Jerônimo Pereira, CREA 3447 TD/GO. Dou fé.

AV06-20.128, feito em 15 de abril de 2010 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de escritura pública de compra e venda lavrada em 09/04/2010, às fls. 039/040, do Livro 089, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato **R01**, vendeu para **MARCUS VINICIUS SANTOS LIMA**, brasileiro, solteiro, engenheiro agrícola, portador CPF. 861.050.942-72, RG. 920.557 2ª via-SSP/TO, residente e domiciliado na cidade de Palmas-TO à Rodovia TO-020, Km-01, Zona Rural, pelo preço de R\$ 446,63, a **Chácara Porto Seguro/3**, com área total de **4,0558 ha**, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº **101.885**, feita em 15/04/2010. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 63,0174 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Começa no marco M01, cravado na confrontação do Sr. Juracy Arruda Alencar e faixa de domínio da TO-020, de coordenadas UTM E794.906.921 e N8.867.810.832 referente ao meridiano central 51°; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, nos seguintes azimutes e distâncias: 106°36'09" - 100,27 metros e 85°40'46" - 508,19 metros, passando pelo marco M2 indo até o marco M3, cravado também na faixa de domínio da TO-020; daí, segue confrontando com o Sr. Raimundo da Silva Alencar, no azimute de 162°47'43" e distância de 1.065,36 metros, até o marco M4; daí, segue confrontando com o Sr. Dário Pereira, no azimute de 252°31'47" e distância de 187,53 metros, até o marco MC13, cravado na faixa de domínio da TO-020; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/1, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°23'03" - 91,25 metros e 323°27'45" - 87,55 metros, passando pelo ponto P1, indo até o marco MC10, cravado também na faixa de domínio; daí, segue ainda pela faixa de domínio no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/2, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°27'24" - 64,21 metros e 329°18'46" - 41,54 metros, passando pelo ponto P2 indo até o marco MC09; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/3, no azimute de 329°25'09" e distância de 109,39 metros, até o marco MC06; daí, segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/3, no azimute de 244°16'25" e distância de 375,99 metros, até o marco MC07; daí, segue confrontando com o Sr. Juracy da Silva Alencar, nos seguintes azimutes e distâncias: 335°10'56" - 440,57 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, passando pelo marco

M6 indo até o marco M1, ponto de partida", conforme mapa e memorial descritivo sob a responsabilidade técnica de Caitano Jerônimo Pereira, CREA 3447 TD/GO. Dou fé.

AV07-20.128, feito em 28 de abril de 2010 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de escritura pública de compra e venda lavrada em 22/04/2010, às fls. 092/093, do Livro 089, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato **R01**, vendeu para **GLEUBER DOS SANTOS ANDRADE**, brasileiro, solteiro, funcionário público, portador CPF. 640.759.401-44, RG. 124267-SSP/TO, residente e domiciliado na cidade de Palmas-TO, pelo preço de R\$ 441,25, a **Chácara Porto Seguro/4**, com área total de **4,0114 ha**, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº **101.901**, feita em 28/04/2010. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 59,0060 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Começa no marco M01, cravado na confrontação do Sr. Juracy Arruda Alencar e faixa de domínio da TO-020, de coordenadas UTM E794.810,832 e N8.867.810,832 referente ao meridiano central 51°; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, nos seguintes azimutes e distâncias: 106°36'09" - 100,27 metros e 85°40'46" - 508,19 metros, passando pelo marco M2 indo até o marco M3, cravado também na faixa de domínio da TO-020; daí, segue confrontando com o Sr. Raimundo da Silva Alencar, no azimute de 162°47'43" e distância de 1.065,36 metros, até o marco M4; daí, segue confrontando com o Sr. Dário Pereira, no azimute de 252°31'47" e distância de 187,53 metros, até o marco MC13, cravado na faixa de domínio da TO-020; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/1, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°23'03" - 91,25 metros e 323°27'45" - 87,55 metros, passando pelo ponto P1, indo até o marco MC10, cravado também na faixa de domínio; daí, segue ainda pela faixa de domínio no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/2, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°27'24" - 64,21 metros e 329°18'46" - 41,54 metros, passando pelo ponto P2 indo até o marco MC09; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/3, no azimute de 329°25'09" e distância de 109,39 metros, até o marco MC06; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/4, no azimute de 325°27'23" e distância de 108,10 metros, até o marco MC05; daí, segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/4, no azimute de 245°06'09" e distância de 357,68 metros, até o marco MC08; daí, segue confrontando com o Sr. Juracy da Silva Alencar, nos seguintes azimutes e distâncias: 335°10'56" - 328,56 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, passando pelo marco M6 indo até o marco M1, ponto de partida", conforme mapa e memorial descritivo sob a responsabilidade técnica de Caitano Jerônimo Pereira, CREA 3447 TD/GO. Dou fé.

AV08-20.128, feito em 18 de maio de 2010 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de escritura pública de compra e venda lavrada em 06/05/2010, às fls. 181/182, do Livro 089, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato **R01**, vendeu para **DEUSIVAN XAVIER DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, jardineiro, portador CPF. 030.058.381-88, RG. 989.352 2ª via SSP/TO, residente e domiciliado na cidade de Palmas-TO, pelo preço de R\$ 446,26, a **Chácara Porto Seguro/5**, com área total de **4,0387 ha**, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº **102.295**, feita em 18/05/2010. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 54,9673 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Começa no marco M01, cravado na confrontação do Sr. Juracy Arruda Alencar e faixa de domínio TO-020, de coordenadas UTM E794.906,921 e N.8.867.810,832 referente ao meridiano central 51°; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, nos seguintes azimutes e distâncias: 106°36'09" - 100,27 metros e 85°40'46" - 508,19 metros, passando pelo marco M2 indo até o marco M3, cravado também na faixa de domínio da TO-020; daí, segue confrontando com o Sr. Raimundo da Silva Alencar, no azimute de 162°47'43" e distância de 1.065,36 metros, até o marco M4; daí, segue confrontando com o Sr. Dário Pereira, no azimute de 252°31'47" e distância de 187,53 metros, até o marco MC13, cravado na faixa de domínio da TO-020; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/1, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°23'03" - 91,25 metros e 323°27'45" - 87,55 metros, passando pelo ponto P1, indo até o marco MC10, cravado também na faixa de domínio; daí, segue ainda pela faixa de domínio no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/2, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°27'24" - 64,21 metros e 329°18'46" - 41,54 metros, passando pelo ponto P2 indo até o marco MC09; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/3, no azimute de 329°25'09" e distância de 109,39 metros, até o marco MC06; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/4, no azimute de 325°27'23" e distância de 108,10 metros, até o marco MC05; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/5, no azimute de 324°18'31" e distância de 112,47 metros até o marco MC02; daí, segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/5, no azimute de 247°10'10" e distância de 336,66 metros, até o marco MC03; daí, segue confrontando com o Sr. Juracy da Silva Alencar, nos seguintes azimutes e distâncias: 335°10'56" - 205,94 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, passando pelo marco M1, ponto de partida, conforme mapa e memorial descritivo sob a responsabilidade técnica de Caitano Jerônimo Pereira, CREA 3447 TD/GO. Dou fé.

AV09-20.128, feito em 31 de maio de 2010 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de escritura pública de compra e venda lavrada em 21/05/2010, às fls. 064/065, do Livro 090, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato **R01**, vendeu para **NARCIOMAR FERREIRA DOS REIS**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador CPF. 043.198.481-60,

RG. 1.131.098-SSP/II/TO, residente e domiciliado na cidade de Palmas-TO à Rodovia TO-020, KM-09, pelo preço de R\$ 446,84, a **Chácara Porto Seguro/6**, com área total de **4,0297 ha**, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº **102.404**, feita em 31/05/2010. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 50,9376 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Começa no marco M01, cravado na confrontação do Sr. Juracy Arruda Alencar e faixa de domínio da TO-020, de coordenadas UTM E794.906,921 e N8.867.810,832 referente ao meridiano central 51°; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, nos seguintes azimutes e distâncias: 106°36'09" - 100,27 metros e 85°40'46" - 508,19 metros, passando pelo marco M2 indo até o marco M3, cravado também na faixa de domínio da TO-020; daí, segue confrontando com o Sr. Raimundo da Silva Alencar, no azimute de 162°47'43" e distância de 1.065,36 metros, até o marco M4; daí, segue confrontando com o Sr. Dário Pereira, no azimute de 252°31'47" e distância de 187,53 metros, até o marco MC13, cravado na faixa de domínio da TO-020; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/1, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°23'03" - 91,25 metros e 323°27'45" - 87,55 metros, passando pelo ponto P1, indo até o marco MC10, cravado também na faixa de domínio; daí, segue ainda pela faixa de domínio no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/2, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°27'24" - 64,21 metros e 329°18'46" - 41,54 metros, passando pelo ponto P2 indo até o marco MC09; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/3, no azimute de 329°25'09" e distância de 109,39 metros, até o marco MC06; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/4, no azimute de 325°27'23" e distância de 108,10 metros, até o marco MC05; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/5, no azimute de 324°18'31" e distância de 112,47 até o marco MC02; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/6, no azimute de 223°58'12" e distância de 116,43 metros, até o marco MC01; daí, segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/6, no azimute de 251°07'36" e distância de 315,52 metros, até o marco MC04; daí, segue confrontando com o Sr. Juracy da Silva Alencar, nos seguintes azimutes e distâncias: 335°10'57" - 70,73 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, passando pelo marco M6 indo até o marco M1, ponto de partida, conforme mapa e memorial descritivo sob a responsabilidade técnica de Caetano Jerônimo Pereira, CREA 3447 TD/GO. Dou fé.

AV10-20.128, feito em 28 de junho de 2010 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de escritura pública de compra e venda lavrada em 14/06/2010, às fls. 164/165, do Livro 090, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato **R01**, vendeu para **GERSON SANT'ANA DE ARAÚJO**, agropecuarista, portador CPF. 091.189.501-91, RG. 1336867 SSP/DI/GO e sua esposa **DALVA LÚCIA ARAÚJO**, portadora CPF. 587.830.911-49, RG. 1.100.570-SSP/II/TO, casados pelo regime da comunhão de bens, anterior à vigência da Lei 6.515/77, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na cidade de Palmas-TO e **LUCAS FONSECA BEDANI**, brasileiro, solteiro, dentista, portador CPF. 040.768.119-17, RG. 8.214.332-7 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Gurupi-TO à Rua 15 de Novembro, nº 1657, centro, pelo preço de R\$ 1.048,75, a **Chácara Porto Seguro/7**, com área total de **9,5341 ha**, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº **102.582**, feita em 28/06/2010. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 41,4035 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Começa no marco M-01, cravado na confrontação do Sr. Juracy Arruda Alencar e faixa de domínio da TO-020, de coordenadas UTM E794.906,921 e N8.867.810,832 referente ao meridiano central 51°; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, nos seguintes azimutes e distâncias: 106°36'09" - 100,27 metros e 85°40'48" - 36,81 metros, passando pelo marco M-2 cruza a TO-020 indo até o marco MC-14, cravado no cruzamento com uma estrada municipal também na faixa de domínio da TO-020; daí, segue ainda pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas / Aparecida do Rio Negro, até o marco MC-17, cravado também na faixa de domínio, junto a um acesso de pedestre, sendo que do marco MC-14 ao MC-17 tem um azimute de 145°18'06" e distância em reta de 478,22 metros; daí, segue pelo acesso de pedestre, confrontando com a chácara Porto Seguro/7, no azimute de 88°24'11" e distância de 166,40 metros, até o marco MC-16, cravado também junto ao acesso de pedestre; daí segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/7, no azimute de 340°38'05" e distância de 435,39 metros, até o marco MC-15, cravado junto a uma estrada municipal; daí segue por esta, no azimute de 85°40'46" e distância de 176,36 metros, até o marco M-3; daí, segue confrontando com o Sr. Raimundo da Silva Alencar, no azimute de 162°47'43" e distância de 1.065,36 metros, até o marco M-4; daí, segue confrontando com o Sr. Dário Pereira, no azimute de 252°31'47" e distância de 187,53 metros, até o marco MC-13, cravado na faixa de domínio da TO-020; daí segue pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/1, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°23'03" - 91,25 metros e 323°27'45" - 87,55 metros, passando pelo ponto P-1, indo até o marco MC-10, cravado também na faixa de domínio; daí, segue ainda pela faixa de domínio no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/2, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°27'24" - 64,21 metros e 329°18'46" - 41,54 metros, passando pelo ponto P-2 indo até o marco MC-09; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/3, no azimute de 329°25'09" e distância de 109,39 metros, até o marco MC-06; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/4, no azimute de 325°27'23" e distância de 108,10 metros, até o marco MC-05; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/5, no azimute de 324°18'31" e distância de 112,47 metros, até o marco MC-02; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/6, no azimute de 323°58'12" e distância de 116,43 metros, até o marco MC-01; daí segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/6, no azimute 251°07'36" e distância de 315,52 metros, até o marco MC-04; daí, segue confrontado com o Sr. Juracy da Silva Alencar, nos seguintes azimutes e distâncias: 335°10'57" - 70,73 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, passando pelo marco M-6 indo até

o marco M-1, ponto de partida, conforme mapa e memorial descritivo sob a responsabilidade técnica de Caitano Jerônimo Pereira, CREA 3447 TD/GO. Dou fé.

AV11-20.128, feito em 04 de novembro de 2010 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de escritura pública de compra e venda lavrada em 08/07/2010, às fls. 089/090, do Livro 91, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato **R01**, vendeu para **HENRICK MOREIRA NERY BLAMIREs**, corretor de imóveis, portador CPF. 822.584.491-20, RG. 3.415.049 2ª via-SSP/GO e sua esposa **MARILENE HELENA SANDRI BLAMIREs**, administradora de empresas, portadora CPF. 774.507.791-53, RG. 199.205 2ª via-SSP/TO, casados pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da Lei 6.515/77, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na cidade de Palmas-TO à Rodovia TO 020, Km 02, pelo preço de R\$ 826,79, a **Chácara Porto Seguro/8**, com área total de **7,5548 ha**, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº **104.505**, feita em 04/11/2010. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 33,8487 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Começa no marco M01, cravado na confrontação do Sr. Juracy Arruda Alencar e faixa de domínio da TO-020, de coordenadas UTM E794.906,921 e N8.867.810,832 referente ao meridiano central 51°; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, nos seguintes azimutes e distâncias: 106°36'09" - 100,27 metros e 84°40'48" - 36,81 metros, passado pelo marco M2 cruza a TO-020 indo até o marco MC14, cravado no cruzamento com uma estrada municipal também na faixa de domínio da TO-020; daí, segue ainda pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas Aparecida do Rio Negro, confrontando com a chácara porto seguro/7 até o marco MC17, cravado também na faixa de domínio, junto a um acesso de pedestre, sendo que do marco MC14 ao MC17, tem um azimute de 145°18'06" e distancia em reta de 478,22 metros; daí, segue pelo acesso de pedestre, confrontando com a chácara porto seguro/7, no azimute de 86°24'11" e distância de 166,40 metros, até o marco MC16, cravado também junto ao acesso de pedestre; daí, segue confrontando ainda com a chácara Porto Seguro/7, no azimute de 340°38'05" e distancia de 435,39 metros, até o marco MC15, cravado junto a uma estrada municipal; daí, segue confrontando com o Sr. Raimundo da Silva Alencar, no azimute de 162°47'43" e distância de 535,85 metros, até o marco MC21; daí, segue confrontando com a chácara porto seguro/8, nos seguintes azimutes e distâncias: 263°36'55" - 138,54 metros e 340°49'01" - 109,26 metros, passando pelo marco MC20 indo até o marco MC19, cravado junto a um acesso de pedestre; daí, segue por este, no azimute de 268°24'11" e distância de 182,46 metros, até o marco MC18, cravado também junto ao acesso de pedestre, na faixa de domínio da TO-020; daí, segue por esta, no sentido Aparecida do Rio Negro, confrontando com a chácara Porto Seguro/8 no azimute de 145°27'12" e distância de 432,32 metros, até o marco MC23, cravado também na faixa de domínio; daí, segue confrontando ainda com a chácara porto seguro/8, no azimute de 72°31'47" e distância de 186°72 metros, até o marco MC22; daí, segue confrontando com o Sr. Raimundo da Silva Alencar, no azimute de 162°47'43" e distância de 302,00 metros, até o marco M4; daí, segue confrontando com o Sr. Dário Pereira, no azimute de 252°31'47" e distância de 187,53 metros, até o marco MC13, cravado na faixa de domínio da TO-020; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/1, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°23'03" - 91,25 metros e 323°27'45" - 87,50 metros, passando pelo Ponto P1, indo até o marco MC10, cravado também na faixa de domínio; daí, segue ainda pela faixa de domínio no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/2, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°27'24" - 64,21 metros e 329°18'46" - 41,54 metros, passando pelo ponto P2 indo até o marco MC09; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/3, no azimute de 329°25'09" e distancia de 109,39 metros, até o marco MC06; daí, segue pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/4, no azimute de 325°27'23" e distancia de 108,10 metros, até o marco MC05; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/5, no azimute de 324°18'31" e distancia de 112,47 metros, até o marco MC02; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/6, no azimute de 323°58'12" e distância de 116,43 metros, até o marco MC01; daí, segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/6, no azimute de 251°07'36" e distancia de 315,52 metros, até o marco MC04; daí, segue confrontando com o Sr. Juracy da Silva Alencar, nos seguintes azimutes e distâncias: 335°10'57" - 70,73 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, passando pelo marco M6, indo até o marco M1, ponto de partida, conforme mapa e memorial descritivo sob a responsabilidade técnica de Caitano Jerônimo Pereira, CREA 3447 TD/GO. Dou fé.

AV12-20.128, feito em 04 de janeiro de 2011 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de escritura pública de compra e venda lavrada em 20/12/2010, às fls. 109/110, do Livro 98, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato **R01**, vendeu para **DÁRIO PEREIRA**, brasileiro, separado judicialmente, corretor de imóveis, portador CPF. 468.002.206-04, RG. M-3447520 SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Palmas-TO à Estrada Aparecida do Rio Negro, Chácara Requel, Zona Rural, pelo preço de R\$ 461,49, a **Chácara Porto Seguro/9**, com área total de **4,2169 ha**, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº **104.761**, feita em 04/01/2011. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 29,6318 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Começa no marco M01, cravado na confrontação do Sr. Juracy Arruda Alencar e faixa de domínio da TO-020, de coordenadas UTM E794.906,921 e N8.867.810,832 referente ao meridiano central 51°; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, nos seguintes azimutes e distâncias: 106°36'09" - 100,27 metros e 85°40'48" - 36,81 metros, passando pelo marco M2 cruza a TO-020 indo até o marco MC14, cravado no cruzamento com uma estrada municipal também na faixa de domínio da TO-020; daí, segue ainda pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas Aparecida do Rio Negro, confrontando com a chácara porto seguro/7 até o marco MC17, cravado

também na faixa de domínio, junto a um acesso de pedestre, sendo que do marco MC14 ao MC17, tem um, azimute de 145°18'06" e distância em reta de 478,22 metros; daí, segue pelo acesso de pedestre, confrontando com a Chácara Porto Seguro/7, no azimute de 88°24'11" e distância de 166,40 metros, até o marco MC16, com a Chácara Porto Seguro/7, no azimute de 340°38'05" e distância de 435,39 metros, até o marco MC15, cravado junto a uma estrada municipal; daí, segue por esta, no azimute de 85°40'46" e distância de 176,36 metros, até o vértice M3; daí, segue confrontando com o Sr. Raimundo da Silva Alencar, no azimute de 162°47'43" e distância de 535,85 metros, até o marco MC21; daí, segue confrontando com a Chácara Porto Seguro/8, nos seguintes azimutes e distâncias: 263°36'55" - 138,54 metros e 340°49'01" - 109,26 metros, passando pelo marco MC20 indo até o marco MC19, 263°36'55" - 138,54 metros e 340°49'01" - 109,26 metros, no azimute de 268°24'11" e distância de 182,46 metros, até o marco MC18, cravado também junto ao acesso de pedestre, na faixa de domínio da TO-020; daí, segue por esta, no sentido Aparecida do Rio Negro, confrontando com a Chácara Porto Seguro/8 no azimute de 145°27'12" e distância de 432,32 metros, até o marco MC23, cravado também na faixa de domínio; daí, segue confrontando com a Chácara Porto Seguro/9, no azimute de 145°27'12" e distância de 315,92 metros, até o marco MC24; daí, cruza a TO-020, no azimute de 252°31'49" e distância de 94,98 metros, até o marco MC13, cravado na faixa de domínio da TO-020; daí, segue pela faixa de domínio da TO-020, no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/1, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°23'03" - 91,25 metros e 323°27'45" - 87,55 metros, passando pelo ponto P1, indo até o marco MC10, cravado também na faixa de domínio; daí, segue ainda pela faixa de domínio no sentido Palmas, confrontando com a Chácara Porto Seguro/2, nos seguintes azimutes e distâncias: 323°27'24" - 64,21 metros e 329°18'46" - 41,54 metros, passando pelo ponto P2 indo até o marco MC09; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/3, no azimute de 329°25'09" e distância de 109,39 metros, até o marco MC08; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/4, no azimute de 325°27'23" e distância de 108,10 metros, até o marco MC05; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/5, no azimute de 324°18'31" e distância de 112,47, até o marco MC02; daí, segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com a Chácara Porto Seguro/6, no azimute de 323°58'12" e distância de 116,43 metros, até o marco MC01; daí, segue confrontando ainda com a Chácara Porto Seguro/6, no azimute de 251°07'36" e distância de 315,52 metros, até o marco MC04; daí, segue confrontando com o Sr. Juracy da Silva Alencar, nos seguintes azimutes e distâncias: 335°10'57" - 70,73 metros e 00°42'25" - 502,64 metros, passando pelo marco M6 indo até o marco M1, ponto de partida", conforme mapa e memorial descritivo sob a responsabilidade técnica de Caitano Jerônimo Pereira, CREA 3447 TD/GO. Dou fé.

AV13-20.128, feito em 14 de maio de 2015 - CADASTRO AMBIENTAL RURAL: Procedo a presente para ficar consignado, nos termos do art. 246 da Lei 6.015/73 e Recomendação nº 07/2012 da CGJ/TO, que foi apresentado o Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR: **CAR/TO: 170795**. Dou fé.

AV14-20.128, feito em 14 de maio de 2015 - REMANESCENTE: Feita para constar que através de Escritura pública de compra e venda, lavrada em 20/12/2010, às fls. 111/112, do livro 98, e Escritura pública de aditamento e rerratificação, lavrada em 14/04/2015, às fls. 043/044, do livro 141, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Distrito Judiciário de Taquaralto desta Comarca, o proprietário qualificado no ato **R01**, vendeu para **DÁRIO PEREIRA**, brasileiro, separado judicialmente, corretor de Imóveis, portador CPF. 468.002.206-04, RG. M-3447520 SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Palmas-TO à Estrada Aparecida do Rio Negro, Chácara Requel, Zona Rural, pelo preço de R\$ 711,35, a **Chácara Porto Seguro/10**, com área total de **6,5000 ha**, sendo matriculado nesta Serventia sob o nº. **130.861**, feita em 14/05/2015. Fica o imóvel objeto da presente matrícula com **área remanescente de 23,1318 ha**, dentro dos seguintes limites e confrontações: "Inicia-se no vértice denominado MC25 de coordenadas UTM (N=8.867.772,347;E=794.937,659) referenciadas no meridiano central -51° e Datum SIRGAS2000, situado na confrontação com a Chácara Porto Seguro/10 e Faixa de Domínio da Rodovia estadual TO-020; daí, segue cruzando a faixa de domínio da rodovia TO-020, com os seguintes azimutes e distâncias: 87°41'05" - 60,02m, até o vértice M2 de coordenadas UTM (N=8.867.774,772;E=794.997,630) e 85°40'46" - 36,81m, até o vértice MC14 de coordenadas UTM (N=8.867.777,545;E=795.034,335), situado na faixa de domínio da referida rodovia; daí segue ainda, pela faixa de domínio da rodovia TO-020, com azimute e distância de 145°18'06" - 478,22 metros, até o vértice MC17 de coordenadas UTM (N=8.867.384,371;E=795.306,565), situado junto a um acesso de pedestre; daí segue confrontando com ao acesso de pedestre, com azimute e distância de 88°24'11" - 166,40 metros, até o vértice MC16 de coordenadas UTM (N=8.867.389,008;E=795.472,900); daí segue confrontando com a Chácara Porto Seguro/7, com azimute e distância de 340°38'05" - 435,39m, até o vértice MC15 de coordenadas UTM (N=8.867.799,766;E=795.328,529), situado junto a uma estrada municipal; daí segue confrontando com a referida estrada municipal, com azimute e distância de 85°40'46" - 176,36m, até o vértice M3 de coordenadas UTM (N=8.867.813,052;E=795.504,388) daí segue confrontando com a área rural denominada Fazenda Vereda Comprida, lote único, matrícula 21.129, com azimute e distância de 162°47'43" - 535,85m, até o vértice MC21 de coordenadas UTM (N=8.867.301,179;E=795.662,885); daí segue confrontando com a Chácara Porto Seguro/8, com os seguintes azimutes e distâncias: 263°36'55" - 138,54m, até o vértice MC20 de coordenadas UTM (N=8.867.265,773;E=795.525,205) e 340°49'01" - 109,26m, até o vértice MC19 de coordenadas UTM (N=8.867.388,966;E=795.489,303) situado junto a um acesso de pedestre; daí segue por este, com azimute e distância de 268°24'11" - 182,46m, até o vértice MC18 de coordenadas UTM (N=8.867.383,881;E=795.306,914)

situado junto ao acesso de pedestre e na faixa de domínio da Rodovia TO-020; daí segue por esta, no sentido Aparecida do Rio Negro, confrontando com a Chácara Porto Seguro/8, com azimute e distância de $145^{\circ}27'12''$ - 432,32m, até o vértice MC23 de coordenadas UTM (N=8.867.027,795; E=795.552,073) situado na faixa de domínio da Rodovia TO-020, daí segue confrontando com a Chácara Porto Seguro/9 com azimute e distância de $145^{\circ}27'12''$ - 315,92m, até o vértice MC24 de coordenadas UTM (N=8.866.767,583; E=795.731,224), daí segue cruzando a faixa de domínio da rodovia TO-020, com azimute e distância de $252^{\circ}31'49''$ - 94,98m, até o vértice MC13 de coordenadas UTM (N=8.866.739,069; E=795.640,625), situado na faixa de domínio da referida Rodovia; daí segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia TO-020 e a Chácara Porto Seguro/1, no sentido Palmas, com os seguintes azimutes e distâncias: $323^{\circ}23'03''$ - 91,25m, até o vértice P1 de coordenadas UTM (N=8.866.812,311; E=795.586,199) e $323^{\circ}27'45''$ - 87,55m, até o vértice MC10 de coordenadas UTM (N=8.866.882,655; E=795.534,076); daí segue ainda pela faixa de domínio da referida rodovia e confrontando com a Chácara Porto Seguro/2, com os seguintes azimutes e distâncias: $323^{\circ}27'24''$ - 64,21m, até o vértice P2 de coordenadas UTM (N=8.866.934,242; E=795.495,844) e $329^{\circ}18'46''$ - 41,54m, até o vértice MC09 de coordenadas UTM (N=8.866.969,965; E=795.474,644); daí segue ainda pela faixa de domínio, confrontando com Chácara Porto Seguro/3, com azimute e distância de $329^{\circ}25'09''$ - 109,39m, até o vértice MC06 de coordenadas UTM (N=8.867.094,140; E=795.418,991); daí, segue ainda pela faixa de domínio e contendo com a Chácara Porto Seguro/4, com azimute e distância de $325^{\circ}30'43''$ - 108,10 m, até o vértice MC05 de coordenadas UTM (N=8.867.153,241; E=795.357,791); daí segue ainda pela faixa de domínio e confrontando com a Chácara Porto Seguro/5, com azimute e distância de $324^{\circ}18'31''$ - 112,47m, até o vértice MC02 de coordenadas UTM (N=8.867.244,586; E=795.292,164); daí segue ainda, pela faixa de domínio e confrontando com a Chácara Porto Seguro/6, com azimute e distância de $323^{\circ}58'12''$ - 116,43m, até o vértice MC01 e coordenadas UTM (N=8.867.338.744; E=795.223,679); daí segue confrontando ainda, com a Chácara Porto Seguro/6, com azimute e distância de $251^{\circ}07'36''$ - 329,15m, até o vértice MC04 de coordenadas UTM (N=8.867.232,270; E=794.912,223); daí segue confrontando com o Lote 1 do Loteamento Serra Dourada, Matrícula 20.350, com azimute e distância de $332^{\circ}28'36''$ - 86,35m, até o vértice BLB-M-0157 de coordenadas UTM (N=8.867.308,850; E=794.872,316); daí segue confrontando com a Chácara Porto Seguro/10, com azimute e distância de $64^{\circ}53'39''$ - 328,97m, até o vértice BHQ-M-0070 de coordenadas UTM (N=8.867.447,580; E=795.168,396), situado na faixa de domínio da rodovia TO-020; daí segue pela faixa de domínio da referida rodovia e confrontando com a Chácara Porto Seguro/10, com os seguintes azimutes e distâncias: $328^{\circ}05'32''$ - 254,69m, até o vértice MC109 de coordenadas UTM (N=8.867.672,314; E=795.028,559); $328^{\circ}54'21''$ - 40,76m, até o vértice MC110 de coordenadas UTM (N=8.867.706,464; E=795.008,302); $318^{\circ}52'57''$ - 23,02m, até o vértice MC111 de coordenadas UTM (N=8.867.723,807; E=794.991,163); $314^{\circ}08'20''$ - 32,07m, até o vértice MC112 de coordenadas UTM (N=8.867.746,127; E=794.988,135) e $310^{\circ}42'25''$ - 40,20m, até o início desta descrição, no vértice MC25, conforme mapa e memorial descritivo sob a Responsabilidade Técnica do Engenheiro Agrônomo – Selman Arruda Alencar, CREA 3559/D-GO, Dou fé.

CERTIFICO MAIS CONSTAR DETERMINAÇÃO JUDICIAL DO MINISTRO GILSON DIPP – CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, ENCAMINHADA PELO OFÍCIO Nº 184-E/CNJ/COR/2010, REFERENTE AO PP 0005914-60.2009.2.00.0000, QUE DETERMINA O RESTABELECIMENTO DAS MATRÍCULAS E REGISTROS CANCELADOS EM VIRTUDE DA AÇÃO DISCRIMINATÓRIA Nº 335/94, BEM COMO O CANCELAMENTO DE QUALQUER MATRÍCULA QUE POSSA SE SOBREPOR À ÁREA DA MATRÍCULA RESTAURADA, CERTIFICO AINDA O RECEBIMENTO DE INTIMAÇÃO DO CNJ, INFORMANDO A **SUSPENSÃO DO PP EM TELA**, DETERMINADO PELO CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA POR 6 (SEIS) MESES OU ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DOS MANDADOS DE SEGURANÇA Nº **32.096, 32.967 E 32.968**.

CERTIFICO MAIS PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, TER SIDO PROTOCOLIZADO NESTA SERVENTIA SOB O Nº **189.926**, EM 03/10/2017, SERVIDÃO DE PASSAGEM, SENDO FEITO NOTA DE DEVOLUÇÃO PARA CUMPRIR EXIGÊNCIAS LEGAIS.

Composição do Valor: Ao Oficial: Isento; Funcivil: Isento; T.F.J: Isento; ISSQN: Isento
Selo digital: 127613AAA289814 - Código de validação: UCA
Consulte autenticidade em <http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php?seledigital>



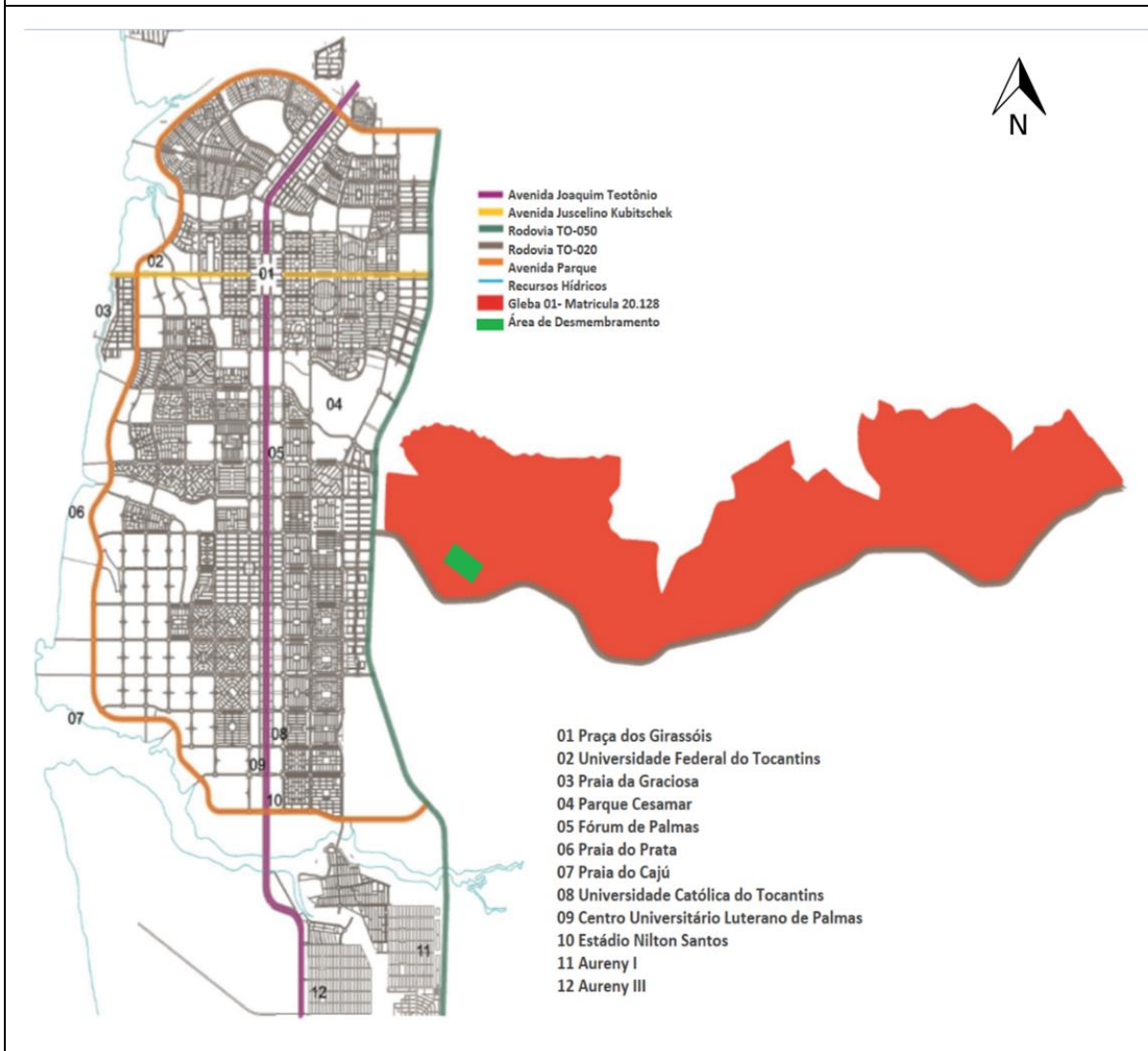
O referido é verdade e dou fé.

Palmas, 14 de dezembro de 2018.

João Batista Campos
Substituto

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – Localização do Terreno



Fonte: Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

APÊNDICE 02- Mapa de localização da área do terreno

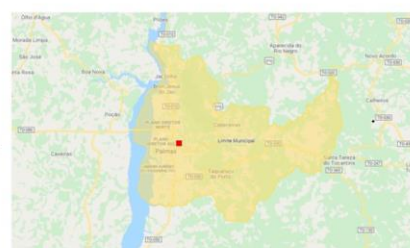
Mapa de localização da area do terreno



Brasil



Tocantins



Região do terreno



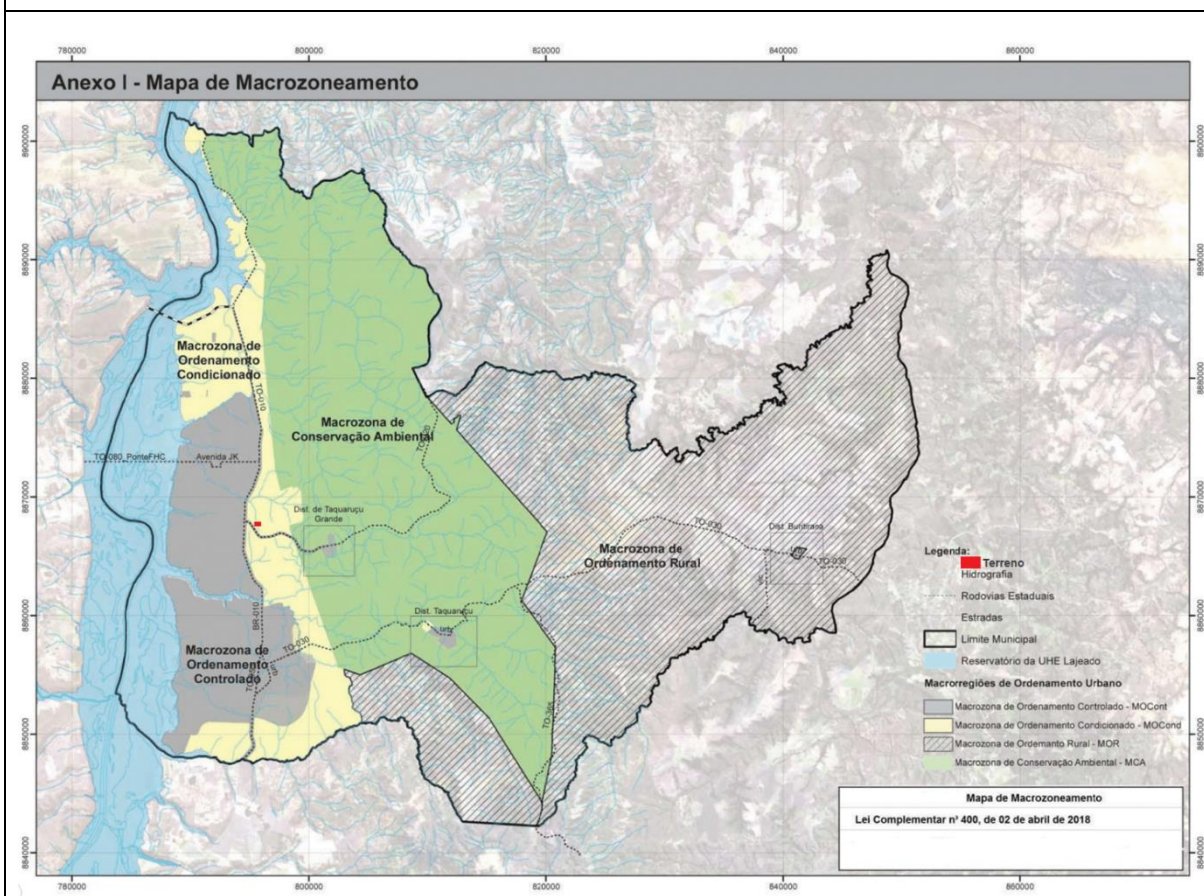
Palmas



Terreno

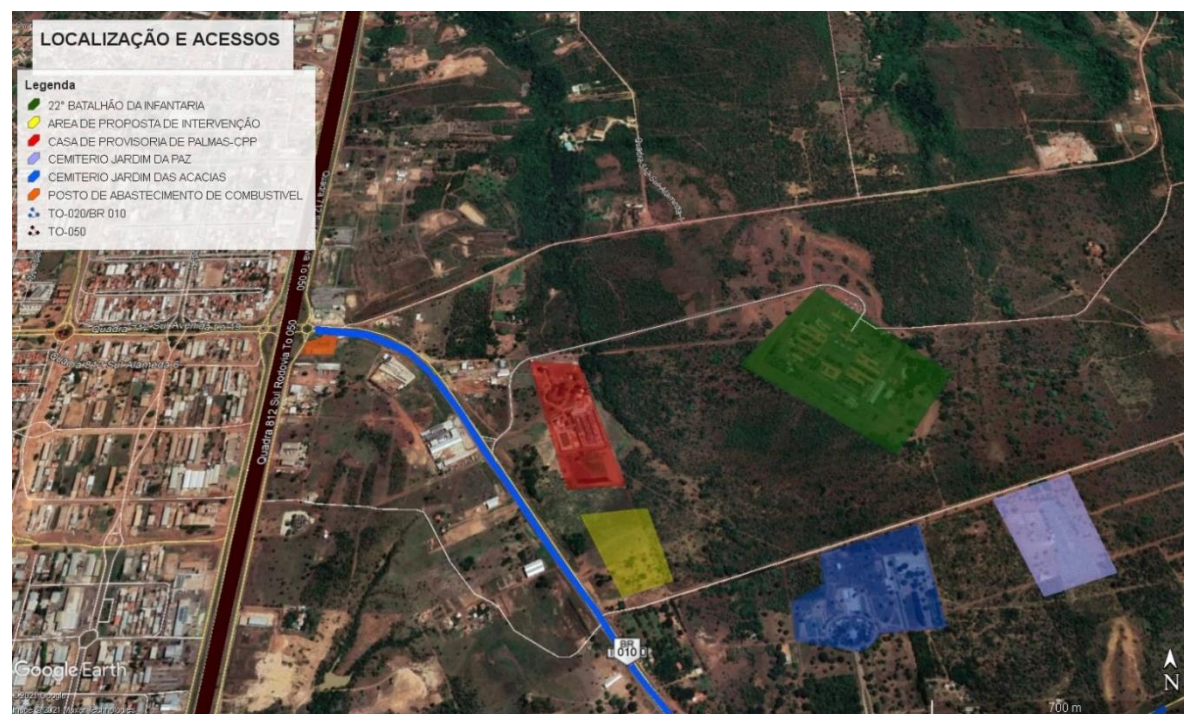
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

APÊNDICE 03- Mapa de Macrozoneamento



Fonte: Geo Palmas (2021). Edição: Próprio autor.

APÊNDICE 04- Mapa de entorno da Gleba 01



Fonte: Goolge Earth (2021). Edição: Próprio autor.

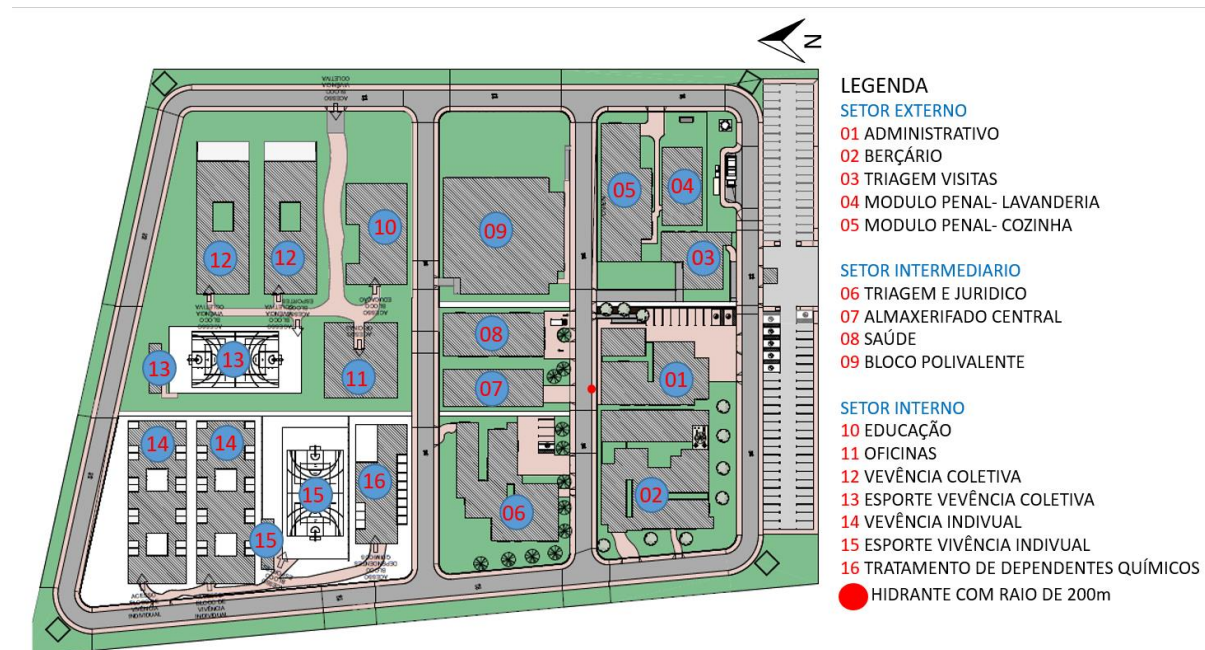
APÊNDICE 05- Estudo preliminar-Programa de Necessidades e Pré-dimensionamento

PRÉ-DIMENSIONAMENTO			
QUANT.	AMBIENTE	AREA	AREA TOTAL
1	SALA DE ESPERA	45m ²	45m ²
2	WC MASC. FEMIN.	12m ²	24m ²
2	WC PNE- MASC. FEMIN.	4m ²	8m ²
1	SALA DE REVISTA	18m ²	18m ²
1	SALA DE PERTENCES	16m ²	16m ²
1	SALA DE ATEND. FAMILIAR	9m ²	9m ²
1	DML	5m ²	5m ²
1	SALA DE CONTROLE	14m ²	14m ²
1	PORTARIA DE ACESSO	45m ²	45m ²
1	SALA DE APOIO ADMINISTRATIVO	14m ²	14m ²
1	SALA DE PRONTUARIO	8m ²	8m ²
1	DML	4m ²	4m ²
1	COPA	10m ²	10m ²
1	SECRETARIA DA RECEPÇÃO	8m ²	8m ²
1	SALA VICE DIRETOR	12m ²	12m ²
1	WC- SALA VICE DIRETOR	4m ²	4m ²
1	SALA DIRETOR	12m ²	12m ²
1	WC- SALA DIRETOR	4m ²	4m ²
1	SALA DE REUNIÕES	30m ²	30m ²
1	ALMOXERIFADO CENTRAL	45m ²	45m ²
2	WC MASC. FEMIN. ADM	12m ²	24m ²
2	WC PNE MASC. FEMIN. ADMINISTRAÇÃO	4m ²	8m ²
1	SALA DE COMANDO DA GUARDA	12m ²	12m ²
1	GUARITA	8m ²	8m ²
1	WC GUARITA	4m ²	4m ²
1	SALA CHEFIA	12m ²	12m ²
1	SALA DE ARMAS	25m ²	25m ²
2	WC MASC. FEMIN.FUNCIIONARIOS GUARDA	12m ²	24m ²
2	WC MASC. FEMIN. FUNCIONARIOS GUARDA	12m ²	24m ²
1	RECEPÇÃO DE ALIMENTOS	15m ²	15m ²
1	RECEBIMENTO-LAVAGEM DE ALIMENTOS	10m ²	10m ²
1	CAMARA DE FRIOS E CONGELADOS	15m ²	15m ²
1	DISPENSA	14m ²	14m ²
1	SALA NUTRICIONISTA	10m ²	10m ²
1	WC-NUTRICIONISTA	4m ²	4m ²
1	PRÉ- PREPARO VEGETAIS E CARNES-COZINHA	18m ²	18m ²
1	COCCÃO E PORCIONAMENTO-COZINHA	40m ²	40m ²
1	HIGIENIZAÇÃO DE UTENSILIOS	10m ²	10m ²
1	PANIFICADORA	16m ²	16m ²
1	RECEPÇÃO E LAVAGEM DE CARRINHOS	15m ²	15m ²
1	GUARDA DE CARRINHOS	8m ²	8m ²
1	DISTRIBUIÇÃO MODULOS	20m ²	20m ²
1	REFEITORIO DE FUNCIONARIOS	60m ²	60m ²
1	LIXO	6m ²	6m ²
1	HIGIENIZAÇÃO LIXO	6m ²	6m ²
1	DML	6m ²	6m ²
1	CONTROLE	10m ²	10m ²
1	WC/ VESTIARIO	20m ²	20m ²
SETOR EXTERNO 779,00m²			

SETOR INTERMEDIARIO	1	CONTROLE- LAVANDERIA	10m ²	10m ²	
	1	WC/ VESTIARIO	20m ²	20m ²	
	1	DML	6m ²	6m ²	
	1	SEPARAÇÃO	13m ²	13m ²	
	1	RECEPÇÃO E LAVAGEM DE CARRINHOS	11m ²	11m ²	
	1	GUARDA DE CARRINHOS	6m ²	6m ²	
	1	PESAGEM	13m ²	13m ²	
	1	LAVAGEM	34m ²	34m ²	
	1	CENTRIFUGAGEM, SECAGEM, CALANDRAGEM E PASSAGEM	40m ²	40m ²	
	1	ARMAZENAMENTO, COSTURA E DISTRIBUIÇÃO	40m ²	40m ²	
	1	LACTARIO- SETOR INFANTIL	18m ²	18m ²	
	1	1 SALA BERÇARIO I	60m ²	60m ²	
	1	1 SALA BERÇARIO II	60m ²	60m ²	
	1	FRALDARIO	20m ²	20m ²	
	1	BRINQUEDOTECA	30m ²	30m ²	
	1	REVISTA DAS DETENTAS	10m ²	10m ²	
	1	QUARTO DAS CUIDADORAS	12m ²	12m ²	
	1	WC- CUIDADORAS	4m ²	4m ²	
	1	CELAS MÃES E BEBÊS	20m ²	20m ²	
	1	CONS. MULTIPROFISSIONAL- MÃES E BEBÊS	12m ²	12m ²	
	1	WC-CONS. MULTIPROFISSIONAL- MÃES E BEBÊS	4m ²	4m ²	
	1	RECEPÇÃO E ESPERA- SAÚDE	20m ²	20m ²	
	1	CONTROLE	12m ²	12m ²	
	2	WC PNE MASC. FEMIN.	4m ²	8m ²	
	1	ATENDIMENTO CLINICO	15m ²	15m ²	
	1	SALA DE PROCEDIMENTOS	15m ²	15m ²	
	1	SALA MULTIUSO	15m ²	15m ²	
	1	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	15m ²	15m ²	
	1	COLETA DE MATERIAL	5m ²	5m ²	
	1	LAB. DIAGNOSTICO	8m ²	8m ²	
	1	SALA DE RIO X	12m ²	12m ²	
	3	CELA ENFERMARIA	14m ²	42m ²	
	1	DISPENSA DE MEDICAMENTOS	5m ²	5m ²	
	1	ESTOQUE DE MEDICAMENTOS	10m ²	10m ²	
	1	ESTOQUE DE MATERIAL	10m ²	10m ²	
	1	ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAL	10m ²	10m ²	
	1	CONTROLE-SERVIÇO (SETOR SAÚDE)	10m ²	10m ²	
	1	ROUPARIA	10m ²	10m ²	
	1	ROUPA SUJA	5m ²	5m ²	
	1	LIXO/ EXPURGO	7m ²	7m ²	
	1	DML	7m ²	7m ²	
1	NECROTERIO	12m ²	12m ²		
1	RECEPÇÃO E ESPERA- TRATAMENTO PENAL	20m ²	20m ²		
1	CONTROLE	10m ²	10m ²		
2	WC PNE MASC. FEMIN.	4m ²	8m ²		
1	ATENDIMENTO EM GRUPO	15m ²	15m ²		
SETOR INTERMEDIARIO	1	ATENDIMENTO SOCIAL	10m ²	10m ²	
	1	ATENDIMENTO PSICOLOGICO	10m ²	10m ²	
	1	SALA DE RECONHECIMENTO/ ACAREAÇÃO	10m ²	10m ²	
	1	SALA DEFENSORIA PUBLICA	10m ²	10m ²	
	1	DML	6m ²	6m ²	
	1	COPA	7m ²	7m ²	
	1	SALA DE ATENDIMENTO JURIDICO	30m ²	30m ²	
	1	SALA DE INTERRO GATÓRIO E AUDIÊNCIA	30m ²	30m ²	
	1	GUARITA- TRIAGEM	8m ²	8m ²	
	1	WC-GUARITA	4m ²	4m ²	
	1	SALA DE PERTENCES	20m ²	20m ²	
	1	SALA DE APIO ADMINISTRATIVO	12m ²	12m ²	
	1	SALA DE AGENTES	12m ²	12m ²	
	2	WC PNE MASC. FEMIN.	4m ²	8m ²	
	2	CELA DE RECEBIMENTO DA DETENTA	10m ²	20m ²	
	3	REVISTA DAS DETENTAS	6	18m ²	
	1	DML	5m ²	5m ²	
	1	CHUVEIROS	16m ²	16m ²	
	1	CELA INDIVIDUAL	10m ²	30m ²	
	1	CELA INDIVIDUAL PNE	11m ²	11m ²	
	3	CELA PARA 4 PESSOAS	10m ²	30m ²	
	1	CONTROLE	15m ²	15m ²	
	SETOR INTERMEDIARIO 1.071,00m²				

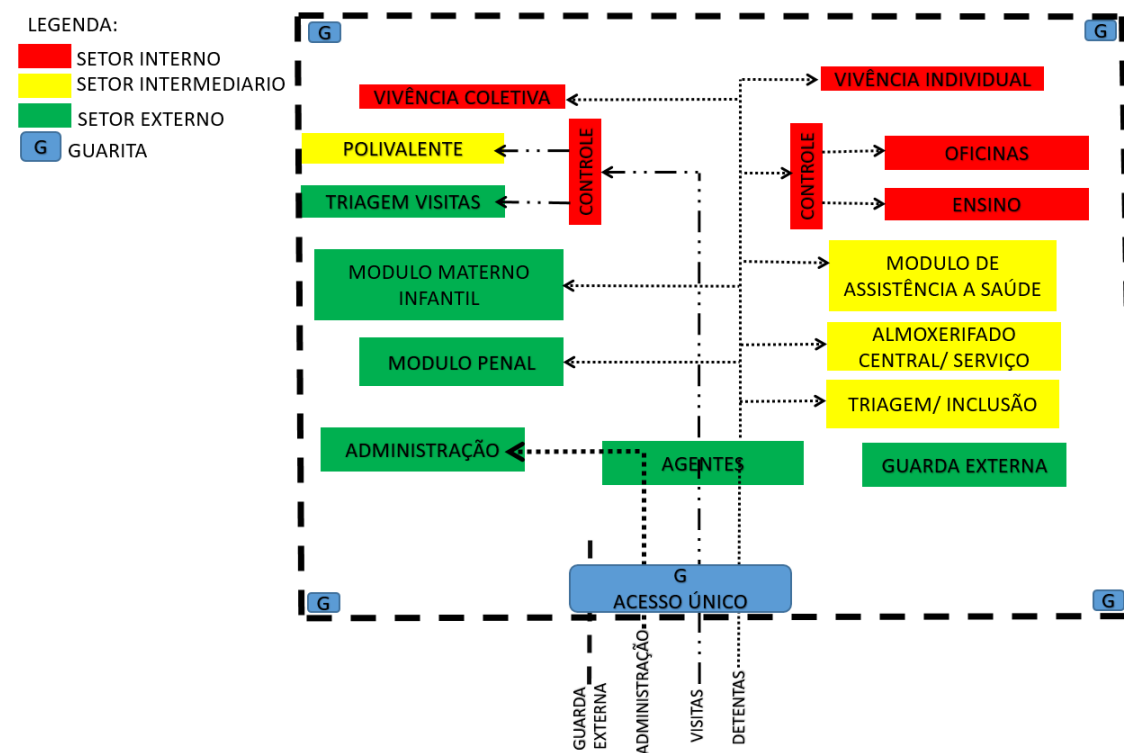
SETOR INTERNO	3	CONTROLE/ACESSO AS OFICINAS	15m ²	45m ²
	3	OFICINA	180m ²	540m ²
	3	DEPOSITO	60m ²	180m ²
	13	WC PNE	4m ²	52m ²
	3	RECEPÇÃO- BLOCO POLIVALENTE	15m ²	45m ²
	2	BWC MASCULINO	12m ²	24m ²
	2	BWC FEMININO	12m ²	24m ²
	2	WC PNE- MASCULINO	4m ²	8m ²
	2	WC PNE- FEMININO	4m ²	8m ²
	5	SUITE CASAL	9m ²	45m ²
	1	SUITE CASAL-PNE	15m ²	15m ²
	2	SALA DE VISITA	30m ²	60m ²
	1	SALA DE OBSERVAÇÃO	12m ²	12m ²
	1	DML	5m ²	5m ²
	1	ROUPARIA	8m ²	8m ²
	1	ENTREGA DE ROUPA SUJA	5m ²	5m ²
	1	CONTROLE	10m ²	10m ²
	1	CENTRO ECUMENICO	120m ²	120m ²
	1	SALÃO	45m ²	45m ²
	1	PATIO DE VISITAÇÃO	5000m ²	5000m ²
	1	AREA COBERTA DE VISITAÇÃO	250m ²	250m ²
	1	CONTROLE- EDUCAÇÃO	15m ²	15m ²
	3	SALA DE AULA	40m ²	120m ²
	1	LABORATÓRIO DE INFORMATICA	40m ²	40m ²
	1	BIBLIOTECA	40m ²	40m ²
	2	OFICINAS	60m ²	120m ²
	1	SALA DOS PROFESSORES	25m ²	25m ²
	1	WC SALA DOS PROFESSORES	4m ²	4m ²
	1	COPA SALA DOS PROFESSORES	7m ²	7m ²
	1	DEPOSITO E DML	8m ²	8m ²
	1	WC	12m ²	12m ²
	1	SALA DE CONTROLE-BLOCO DE VIVENCIA COLETIVA	15m ²	15m ²
	1	WC PNE-SALA DE CONTROLE	4m ²	4m ²
1	ENTREGA DA REFEIÇÃO/PASSA PRATOS	15m ²	15m ²	
1	REFEITORIO/ CONVIVIO	120m ²	120m ²	
60	CELA PARA 6 PESSOAS- BLOCO DE VIVENCIA COLETIVA	16m ²	960m ²	
30	CELA PARA 4 PESSOAS- BLOCO DE VIVENCIA COLETIVA	14m ²	420m ²	
1	SALA DE CONTROLE-BLOCO DE VIVENCIA INDIVIDUAL	15m ²	15m ²	
1	WC PNE-SALA DE CONTROLE	4m ²	4m ²	
1	SOLARIO COLETIVO	65m ²	65m ²	
20	CELA PARA 1 PESSOA- BLOCO DE VIVENCIA INDIVIDUAL	12m ²	960m ²	
20	SOLARIO INDIVIDUAL- BLOCO DE VIVENCIA INDIVIDUAL	7m ²	140m ²	
SETOR INTERNO 9.610m²				
ESTACIONAMENTO	a. 1 vaga para cada 3 funcionários; b. 10 vagas para autoridades; c. Com estacionamento para até 100 vagas, pelo menos 1 vaga deverá ser destinada a PNE; d. Com estacionamento para mais de 100 vagas, pelo menos 1% das vagas deverão ser destinadas ao PNE.			ESTACIONAMENTO 3.435m²
			AREA TOTAL	14.895m²

APÊNDICE 06- Funcionograma e Setorização



Fonte: Próprio autor (2021).

APÊNDICE 07- Fluxograma



Fonte: Próprio autor (2021).